

ELVINA ANTÓNIA CALEI RAIMUNDO

**O IMPACTO DO INVESTIMENTO DIRECTO
ESTRANGEIRO NO CRESCIMENTO
ECONÓMICO DE ANGOLA
(ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ODEBRECHT)**

Orientador: Professor Doutor António Augusto Teixeira da Costa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2017

ELVINA ANTÓNIA CALEI RAIMUNDO

**O IMPACTO DO INVESTIMENTO DIRECTO
ESTRANGEIRO NO CRESCIMENTO
ECONÓMICO DE ANGOLA
(ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ODEBRECHT)**

*Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 06 de Junho de 2017,
perante o júri, nomeado pelo Despacho de
Nomeação nº128/2017 de 17 de Abril de 2017,
com a seguinte composição:*

*Presidente: Professora Doutora Ana Cristina
Freitas Brasão Amador*

*Arguente: Professor Doutor Idalino André
Rodrigues Nascimento Magrinho*

*Orientadora: Professor Doutor António
Augusto Teixeira da Costa*

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2017

Epígrafe

Ama-se mais o que se conquista com esforço.

Benjamin Disraeli

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família em especial aos meus pais António de Jesus Francisco Raimundo e Maria da Conceição Calei, que me têm apoiado incondicionalmente, e pela confiança que sempre depositaram em mim.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa e dura caminhada.

À minha família, namorado e amigos pelo incentivo e colaboração, mesmo que indiretamente, principalmente nos momentos de dificuldade.

Aos meus professores, ao meu orientador, o professor, doutor António Costa pelo simples fato de estarem sempre dispostos a ensinar, o meu muito obrigado pela ajuda e paciência demonstrada no decorrer deste trabalho.

Resumo

Este trabalho aborda questões relacionadas com o investimento direto estrangeiro no crescimento económico de Angola. O mesmo tem como objetivo geral avaliar o impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento económico angolano.

Com a ajuda da revisão bibliográfica, elaboramos a fundamentação teórica onde definimos os termos de maior relevância da pesquisa: o investimento direto estrangeiro e o crescimento económico, baseando-nos em diversas teorias que abordam esses temas para fundamentar a nossa pesquisa.

Na parte empírica deste trabalho analisou-se o impacto do investimento direto estrangeiro na percepção dos trabalhadores da Odebrecht, que é a nossa empresa em estudo, sendo a metodologia usada, as pesquisas qualitativa e quantitativa e análises bibliográfica e documental que adopta o procedimento de estudo de caso. Foi aplicado também um questionário sobre a percepção dos funcionários da Odebrecht quanto ao impacto do IDE no crescimento económico de Angola, a uma população de 50 trabalhadores da Odebrecht de três áreas distintas, e recolhida uma amostra aleatória de 32 funcionários.

Por fim, concluiu-se que a maioria dos inquiridos admitem que o investimento direto estrangeiro tem um impacto positivo no crescimento económico de Angola, pois a Odebrecht tem investido no país em alguns setores como o da construção civil, imobiliário e indústria.

Palavras chave: Investimento Direto Estrangeiro, Crescimento Económico, Angola, Odebrecht

Abstract

This paper addresses issues related to foreign direct investment in Angola's economic growth. The purpose of this study is to assess the impact of foreign direct investment on Angolan economic growth.

With the help of the bibliographic review, we elaborate the theoretical basis where we define the terms of greater relevance of the research: foreign direct investment and economic growth, based on several theories that approach these themes to base our research.

In the empirical part of this paper, the impact of foreign direct investment on the perception of the Odebrecht workers, which is our company under study, was analyzed, being the methodology used, qualitative and quantitative research, and bibliographic and documentary analysis that adopts the study procedure Of case. A questionnaire was also applied on the perception of Odebrecht employees regarding the impact of FDI on Angola's economic growth, on a population of 50 Odebrecht workers from three different areas, and a random sample of 32 employees collected.

Finally, it was concluded that most respondents admit that foreign direct investment has a positive impact on Angola's economic growth, since Odebrecht has invested in the country in some sectors such as construction, real estate and industry.

Keywords: Foreign Direct Investment, Economic Growth, Angola, Odebrecht

Siglas e Abreviaturas

AICEP – Agência Para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

ANGOP – Agência Angola Press

ANIP – Agência Nacional de Investimento Privado

APIEX – Agência Para a Promoção de Investimento e Exportações de Angola

BDA – Banco de Desenvolvimento de Angola

BRT – Bus Rapid Transit

CEIC – Centro de Estudos e Investigação Científica

EIU – Economist Intelligence Unit

EUA – Estados Unidos da América

FDI – Foreign Direct Investment

FMI – Fundo Monetário Internacional

GWH – Gigawatt-hora

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ITC – International Trade Centre

MPDT – Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

MWH – Megawatt-hora

MW - Megawatt

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OGE – Orçamento Geral do Estado

OLI – Ownership, Localization and Internalization

PDE – Programa de Desenvolvimento de Empresários

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PME – Pequenas e Médias Empresas

RNT – Rede Nacional de Transporte de Eletricidade

TEO – Tecnologia Empresarial Odebrecht

TDT – Treinamento Diário Técnico

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

UTIP – Unidade Técnica de Investimento Privado

VAR – Vetores Auto-regressivos

WTO – World Trade Organization

ZEE – Zona Económica Especial

Índice

Epígrafe	III
Dedicatória.....	IV
Agradecimentos	V
Resumo	VI
Abstract.....	VII
Siglas e Abreviaturas	VIII
Introdução.....	13
Capítulo 1: Fundamentação Teórica.....	14
1.1 O Investimento Direto Estrangeiro (IDE)	14
1.2 Fatores que Condicionam os Fluxos de IDE	16
1.3 Teorias Explicativas do Investimento Direto Estrangeiro.....	19
1.3.1 Teoria da Vantagem Monopolista	19
1.3.2 Teoria do Comportamento Oligopolístico.....	20
1.3.3 Teoria da Internalização	21
1.3.4 Teoria dos Custos de Transação	21
1.3.5 Teoria das Vantagens de Localização	22
1.3.6 Teoria do Ciclo de Vida do Produto.....	23
1.4 Efeitos do IDE para o País Recetor	24
1.4.1 Custos do Investimento Direto Estrangeiro.....	24
1.4.2 Benefícios do Investimento Direto Estrangeiro.....	25
1.5 O Crescimento Económico.....	26
1.6 As Quatro Rodas do Crescimento	27
1.6.1 Acumulação de Capital.....	28
1.6.2 Progresso Tecnológico	29
1.6.3 Capital Humano.....	30
1.6.4 Recursos Naturais	31
1.7 Mecanismos de Transmissão do IDE para o Crescimento Económico.....	32
1.8 Medição do Impacto (Indicadores)	37
2.1 Caracterização Socioeconómica de Angola	43

2.1.1 Produção	44
2.1.2 Comércio Internacional	45
2.2 O Investimento Direto Estrangeiro em Angola.....	47
2.3 A Importância do IDE na Economia Angolana	48
2.4 Quadro Legal do IDE em Angola	52
2.5 Evolução do IDE em Angola	55
2.6 Caracterização da Empresa Odebrecht.....	57
2.7 Crescimento Conjunto.....	59
2.8 Odebrecht 30 Anos em Angola	60
Capítulo 3: Metodologia.....	63
3.1 Caraterização da Amostra	65
3.2 Instrumento de Recolha de Dados.....	67
Capítulo 4: Resultados e Discussão.....	69
4.1 O IDE e a Transferência de Novas Tecnologias e Know-how	72
4.2 O IDE e a Formação da Força de Trabalho.....	73
4.3 O IDE e a Integração na Economia Global	75
4.4 O IDE e o Aumento da Concorrência	76
4.5 O IDE e o Desenvolvimento e Reestruturação Empresarial	77
4.6 O IDE e a Dificuldade de Aplicação de Medidas Económicas.....	77
Conclusão	79
Limitações do Estudo	81
Estudos Futuros	81
Bibliografia.....	82
APÊNDICE	I

Índice de Tabelas

Tabela nº1 - Taxas Reais de Crescimento do PIB pm (%).....	45
Tabela nº2 - Evolução da Balança Comercial	46
Tabela nº3 - Investimento Direto expresso em USD	49
Tabela nº4 - Investimento Directo Estrangeiro em 2014	57
Tabela nº5 - Género.....	65
Tabela nº6 - Faixa Etária	66
Tabela nº7- Nível Académico	66
Tabela nº8 - Tempo de Serviço	67
Tabela nº9 – Impacto do IDE da Odebrecht na Perceção dos seus Trabalhadores	69
Tabela nº10 - Fatores explicativos do impacto do IDE no crescimento do país recetor	71
Tabela nº11 – Horas Trabalhadas/Homem num ano.....	75
Tabela nº12 - Participação da Odebrecht Angola por setor	78

Índice de Gráficos

Gráfico nº1 – Evolução do Crescimento Económico entre 2003 à 2013	40
Gráfico nº2 - Etapas do Crescimento em Angola	42
Gráfico nº3 - Evolução da Taxa de Crescimento por Setores de Atividades	42
Gráfico nº4 - Impacto do IDE da Odebrecht na Perceção dos seus Trabalhadores	70
Gráfico nº5 – Fatores Explicativos do Impacto do IDE no Crescimento do País Recetor	71

Introdução

O tema em estudo é “O Impacto do Investimento Direto Estrangeiro no Crescimento Económico de Angola”, que nos permite analisar, através de uma perspectiva económica, o investimento direto estrangeiro realizado em Angola, uma vez que representa uma opção estratégica para uma economia em desenvolvimento, na qual existem inúmeros recursos humanos e naturais, mas que, simultaneamente, necessitam de recursos financeiros para a sua economia, de modo a contribuírem para o bem-estar da sociedade em geral.

Angola é um país que saiu recentemente de um período prolongado de guerra civil mas que se tornou na última década numa das economias com maior ritmo de crescimento económico. A estabilidade política alcançada, a riqueza em recursos naturais e o seu elevado potencial de crescimento exercem forte atração sobre o IDE. Efetivamente, Angola atraiu elevados fluxos de IDE e aumentou substancialmente o seu *stock* de IDE entre meados dos anos 90 e meados dos anos 2000. Alguns desses anos foram aqueles em que Angola registou das suas maiores taxas de crescimento económico.

No primeiro e no segundo capítulo abordaremos algumas teorias referentes ao investimento direto estrangeiro e ao crescimento económico e, portanto, fundamentando assim a nossa pesquisa. Também abordaremos alguns conceitos específicos sobre Angola, bem como a apresentação da Empresa Odebrecht, que é a nossa empresa em estudo.

No terceiro capítulo falaremos sobre a metodologia adotada nesta pesquisa, a caracterização da amostra e do instrumento de recolha de dados.

Por último, o quarto capítulo será a análise dos resultados e discussão, onde serão apresentados os resultados da análise empírica obtidos na pesquisa, ou seja, o resultado do questionário feito aos funcionários da Odebrecht e, por fim, a conclusão.

Capítulo 1: Fundamentação Teórica

1.1 O Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

De acordo com a definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE, 2015), o investimento direto estrangeiro é um tipo de investimento internacional, realizado por uma entidade residente num determinado país com a finalidade de estabelecer um relacionamento de longa duração, com uma empresa residente num país diferente daquele onde se encontra registado o investidor (empresa de investimento direto).

O IDE desempenha um papel extremamente importante para o desenvolvimento da economia do país. Importa, pois, estabelecer para ele um regime legal que, sem descurar os interesses essenciais do Estado, seja suficientemente atrativo para os potenciais investidores, não só oferecendo-lhes garantias credíveis de segurança e estabilidade jurídica para os seus projetos, mas sobretudo regras e procedimentos claros, simples e céleres (Fernandes & Campos, 2008).

O investimento direto estrangeiro transmite para o país recetor um contributo muito relevante em termos de desenvolvimento económico, nomeadamente na recuperação e modernização da economia e para o financiamento do défice da balança de transações correntes com o exterior.

O conceito de IDE encontra-se associado àquelas empresas estrangeiras ou a investidores estrangeiros de um outro país (neste caso emissor), que promovem a criação ou a toma de posse de uma empresa num outro local estrangeiro (neste caso recetor), com o intuito de realizar a sua atividade de forma lucrativa, com vista ao controlo da mesma, à proteção do seu *know-how*, da marca, das tecnologias, entre outros (Ferreira et al., 2011).

Por isso, os países emergentes ou em desenvolvimento procuram atrair um IDE, uma vez que este se assume como uma fonte importante na angariação de fundos necessários à resolução de problemas estruturais e relacionados com o bem-estar da população, já que nestes países, estes recursos financeiros são escassos. Por isso, o IDE é considerado por várias instituições internacionais, políticas e económicas como um fator gerador do crescimento económico, uma solução para os problemas económicos que caracterizam os países em desenvolvimento (Fernandes & Campos, 2008).

Podemos dizer que o IDE é uma componente que gera crescimento quando os países (emissores e recetores) o utilizam de forma racional, isto é, para que o resultado seja satisfatório, o país emissor deve realizar previamente um estudo relativamente às oportunidades e às ameaças do país recetor do investimento, decidindo sobre a viabilidade (ou não) do negócio, bem como às estratégias que devem ser implementadas no sentido de minimizar o risco inerente à perda do capital a investir. Esta ideia, na verdade, vai ao encontro das teorias económicas que sugerem que os fluxos de capital estrangeiro, quando alocados de forma eficiente, acabam por gerar um crescimento económico (Fernandes & Campos, 2008).

Na verdade, é consensual no seio dos economistas a ideia de que há uma correlação entre o IDE e o crescimento económico, na medida em que aquele pode influenciar, de forma positiva ou negativa, este último. Portanto as empresas multinacionais são consideradas agentes económicos que fomentam o IDE, já que pretendem alargar o seu poder económico em outros mercados, integrando-se em ambientes altamente competitivos, associados à internacionalização dos seus negócios, como ação estratégica que os prepara para o futuro (Pessoa, 2007).

Segundo Ferreira et al. (2011) *“Estas empresas multinacionais constituem assim uma fonte essencial de recursos financeiros, tecnológicos e organizacionais para os países, revelando-se os fluxos de IDE um mecanismo importante na provisão daqueles recursos, em especial nos países menos desenvolvidos. Este tipo de investimento engloba o controlo de uma empresa, ou parte dela, num país estrangeiro, sendo acompanhado por algumas transferências de recursos técnicos, humanos, de conhecimento, marcas e outros para o estrangeiro. O fundamental para distinguir o IDE de outras formas de operação é que a empresa tem um controlo sobre os ativos de que são detentoras no estrangeiro”*.

Se tivermos este aspeto em consideração, facilmente compreenderemos que os países com economias mais frágeis assumem o IDE como a única fonte de crescimento e de modernização da economia, pelo que o acolhem e o atraem de forma especial através, por exemplo, da criação de concessões de benefícios fiscais e de empréstimos bonificados (Hanson, 2001).

O país recetor do IDE deve garantir um quadro micro e macroeconómico que seja favorável ao negócio, sobretudo assegurando uma estabilidade política para atrair investidores e

beneficiar das vantagens que esses investimentos aportam para o seu país, em termos económicos, sociais e políticos (Ferreira et al., 2011).

As estimativas decorrentes da *Economist Intelligence Unit* (EIU, 2014) apontam para o facto de o IDE ter vindo a aumentar nas últimas décadas e sublinham o seu crescimento em termos futuros; cerca de 15% dos IDEs encontram-se agora voltados para os países em desenvolvimento, o que pode ser justificado, em parte, pela deslocalização da produção das atividades industriais e da mão-de-obra intensiva, nomeadamente para a China, uma vez que aqui se encontram taxas de retorno sobre os investimentos geralmente mais elevadas do que nos países desenvolvidos.

Apesar do impacto do IDE no crescimento económico ser amplamente estudado (Lim, 2001), ainda persistem dúvidas relativamente aos seus efeitos provocados, bem como quais as condições necessárias e os meios que proporcionam um crescimento económico (Balasubramanyam et al., 1999).

Muito embora, os diversos estudos apontam para os efeitos positivos do IDE, alguns autores sublinham a discrepância de posições relativamente ao grau de efeitos provocados pelo IDE no país recetor, sendo que há estudos que apresentam resultados discrepantes (Blomstrom & Kokko, 1998; Lim, 2001; Pessoa, 2007).

1.2 Fatores que Condicionam os Fluxos de IDE

A captação de IDE por uma economia (por um país) é uma das formas mais efetivas para uma rápida integração na economia global. O IDE proporciona a entrada de capital e tecnologia na economia e, também, a obtenção de *know-how* de gestão, necessários à reestruturação das empresas nas economias recetoras (Ferreira, E. de Sousa, Oliveira, J. P. & Mortágua, M. J., 2010, pág.18- 21).

O IDE tornou-se a força motriz da globalização, sendo um fator mais significativo do que o comércio enquanto transmissor da interdependência transacional. Os agentes mais importantes do novo modelo de investimento direto são as multinacionais e as suas sucursais. Estas empresas funcionam em rede, organizando o núcleo da força de trabalho no âmbito da economia global, nomeadamente não só permitem a criação de novos postos de trabalho, mas também constituem

uma oportunidade de negócio para as empresas nacionais que são fornecedoras de produtos e serviços.

Importantes estudos têm sido elaborados nesta área (investimento direto estrangeiro) no sentido de perceber quais os fatores relevantes que levam as empresas a optarem por determinados países em detrimento de outros, em suma, a empresa multinacional só se sentirá atraída para investir em Angola se verificar que o retorno desse investimento é superior face ao investimento a realizar noutro país.

O estudo de Campa (1993) avalia o efeito da taxa de câmbio e os custos de sacrifícios de entrada nos quais se conclui o efeito negativo que as taxas de câmbio têm nas entradas do IDE. Bevan & Estrin (2004) concluem que o investimento nas economias em transição é fortemente influenciado pelo risco do país de destino.

Nigh (1986) e Nigh & Schollammer (1987) avaliam a problemática do risco político como determinante do IDE, analisando relações de conflito e cooperação.

A teoria eclética, ou também referenciado como Paradigma OLI, proposta por Dunning (1979), define algumas vantagens das empresas de se tornarem internacionais e resume-as nas seguintes: vantagens de propriedade, vantagens específicas de localização e internalização. (Ferreira, et al., 2010).

As vantagens de propriedade ou vantagens específicas da empresa, permitem obter vantagens significativas. Alguns tipos de vantagens de propriedade são: vantagens monopolísticas que permitem a receção da empresa num modo privilegiado aos mercados com recursos naturais escassos, direitos de patentes, tecnologia, conhecimentos amplos que reúnem todas as formas de atividades de inovação e uma na vantagem de propriedade, grandes economias de escala, por exemplo economias de conhecimento, acesso facilitado ao capital financeiro através da organização da empresa multinacional e vantagens da diversificação internacional dos recursos e dos riscos.

Uma empresa multinacional, a operar num país estrangeiro, é confrontada com custos adicionais perante um concorrente local. De entre esses custos adicionais, destacam-se os poucos

conhecimentos acerca das condições de mercado, custos adicionais de operar e comunicar à distância e aspetos diversos em termos de cultura e não só.

As vantagens de localização, ou as vantagens específicas do país, são vantagens existentes num determinado local. As vantagens em relação à localização de países diferentes são fatores chave (restrições/barreiras comerciais, proximidade de mercados finais, recursos naturais, custos do fator trabalho, condições fiscais, etc) para determinar qual se transformará em país anfitrião para as empresas multinacionais. É um fator que a atração relativa de diversas localizações pode variar em função do modo que um país anfitrião possa, em certa medida, projetar vantagens competitivas, como uma posição para o investimento direto estrangeiro. As vantagens específicas do país podem ser separadas em três classes:

- Vantagens económicas que consistem na quantidade e na qualidade dos fatores de produção, custos de transporte e telecomunicações, espaço e dimensão do mercado, etc;
- Vantagens políticas que incluem as políticas governamentais comuns e específicas, que influenciam a receção de fluxos de investimento direto e a produção do comércio internacional entre empresas;
- Vantagens sociais e culturais que integram a distância física entre o país de origem e o país anfitrião, diversidades culturais e linguísticas, atitude para com os estrangeiros, etc.

As vantagens de internalização permitem que a empresa beneficie pelo fato de explorar as suas vantagens, em vez de as transacionar no mercado. As empresas multinacionais escolhem a internalização onde o mercado não funciona, ou funciona mal, de forma a que as despesas de transação externas sejam demasiado elevadas, permitindo desta maneira a redução dos custos de transação, a proteção do direito de propriedade, o controlo da oferta e o controlo das vendas.

O IDE é um forte dinamizador da economia, aspeto que leva os diferentes países a criarem condições internas que permitam atrair esse tipo de investimento. O IDE compreende vários tipos de operações, que podem assumir, por exemplo, a aplicação de capitais efetuada com

o fim de adquirir uma posição duradoura, ou mesmo o controlo numa empresa que exerce a sua atividade no estrangeiro.

Como vantagens do IDE salientam-se as transferências internacionais de capital e de tecnologia e o acesso a redes globais de distribuição e de marketing. O IDE tem também um papel importante no estímulo à concorrência e à liberalização da economia local, pela contribuição para a melhoria em termos de eficiência e para o aumento da difusão de boas práticas na gestão das empresas e das instituições nacionais (Ferreira, et al., 2010).

1.3 Teorias Explicativas do Investimento Direto Estrangeiro

Algumas teorias que foram surgindo para a explicação do IDE são: a teoria da vantagem monopolista, a teoria do comportamento oligopolístico, a teoria da internalização, a teoria dos custos de transação, a teoria das vantagens de localização e a teoria do ciclo de vida do produto, cujo iremos explicar detalhadamente cada uma delas.

1.3.1 Teoria da Vantagem Monopolista

Esta teoria debruça-se sobre as vantagens monopolistas das empresas multinacionais, sendo que se encontra associada à perspetiva de Hymer (1979) e Kindleberger (1969), segundo a qual a existência das empresas multinacionais decorre do facto de estas possuírem algum tipo de conhecimento ou vantagem competitiva, de cariz monopolista, que lhes permite competir com as empresas locais, descrevendo assim, as vantagens específicas da empresa como uma manifestação das imperfeições estruturais do mercado e consequente existência de benefícios oligopolísticos (Sánchez & Camacho, 2007).

Na perspetiva de Hymer (1979), para que uma empresa possa competir e operar de forma eficaz com as empresas locais, é necessário que possuam algum tipo de vantagem financeira, tecnológica, de gestão, marketing ou de produção, resultante, essencialmente das falhas dos mercados envolventes. Já Kindleberger (1969) tinha afirmado que se constituía uma condição necessária ao IDE, que o mercado de bens e serviços fosse imperfeito ou que existisse uma interferência na competição por parte do governo, dado que as empresas locais teriam vantagens sobre as multinacionais devido à proximidade dos centros de tomada de decisão. Para este autor, a estrutura de determinados mercados determinaria o aparecimento do IDE.

Esta teoria defende que é a existência das imperfeições do mercado de produtos, a economia de escala e a intervenção governamental nos mercados, que alimentam o IDE. No entanto, apresentam a debilidade de não considerarem os fatores que incidem na escolha da localização, nem o motivo pelo qual as empresas escolhem o IDE como mecanismo de operação no exterior e explorar as chamadas vantagens de propriedades (Sánchez & Camacho, 2007).

1.3.2 Teoria do Comportamento Oligopolístico

Esta teoria, também denominada de teoria da reação oligopolista, assenta no pressuposto de que a internalização de uma empresa que atua num mercado oligopolista (sendo que ela própria é também oligopolista), resulta da reação à internacionalização de uma empresa concorrente. Neste sentido como sugere Knickerbocker (1973), quando uma empresa ou uma indústria realiza um IDE, as outras empresas sentem-se obrigadas a imitá-la, realizando elas também, o seu IDE (Sánchez & Camacho, 2007, pág. 2).

Ferreira et al. (2011) defendem que as empresas oligopolistas procuram estabilidade, isto é, manter e consolidar uma posição no mercado oligopolista, tanto a nível local como internacional. Por conseguinte, um dos determinantes do IDE é a motivação de certas empresas estrangeiras seguirem o exemplo das empresas competidoras.

Assim, a estratégia de investir no estrangeiro, por parte de uma delas, gera uma reação em cadeia no seio das suas competidoras, já que procura manter o equilíbrio e as mesmas condições entre todos os participantes do oligopólio sem distinção de localização de mercado, correndo o risco de não obter taxas de retorno atrativas e inclusivamente obter taxas de retorno negativas, pelo menos durante um certo período de tempo.

Sánchez & Camacho, (2007, pág. 2) sublinham, “*as empresas multinacionais produzem mais benefícios resultante da diversificação dos investimentos que realizam, reduzindo, desta forma, os riscos de conjunturas e ambientes negativos no mercado*”.

1.3.3 Teoria da Internalização

As teorias anteriores não explicam a razão pela qual as empresas escolhem explorar a sua vantagem monopolística através do IDE e, por conseguinte, surge a teoria da internalização que se baseia na existência de falhas nos mercados de bens e fatores que podem induzir as empresas ao IDE (Medina, 2005).

Assim, de entre os trabalhos desenvolvidos em torno desta teoria, destacam-se os de Buckley & Casson (1976) que sublinham a necessidade de existência de grupos de fatores para que esta teoria possa ser colocada em prática: os fatores específicos da indústria, relacionados com a natureza do produto e com a estrutura do mercado externo; os fatores específicos dos países, associados às suas relações políticas e fiscais e os fatores específicos da empresa, que refletem a habilidade das estruturas de gestão em organizarem um mercado interno. Neste sentido e para estes autores, a integração dos mercados de produtos intermediários através do IDE, permitiria a redução de custos.

Por conseguinte, a empresa desenvolve uma vantagem específica no seu mercado doméstico, possivelmente na forma de algum ativo intangível (produção, marketing ou gestão), que lhe confere alguma vantagem face às outras empresas, nomeadamente às empresas locais (Ferreira et al., 2011).

A internalização das transações, a partir do IDE, poderá assumir-se na melhor forma de explorar os bens intangíveis e ultrapassar as próprias imperfeições do mercado. Com a internalização podem ser evitadas as imperfeições e as empresas podem expandir as suas atividades a outros mercados, reforçando, assim, as suas vantagens (Sánchez & Camacho, 2007, pág. 3).

1.3.4 Teoria dos Custos de Transação

Esta teoria supõe uma intenção de justificar qual a razão para uma empresa optar pelo mecanismo de IDE, em vez de explorar ou de estabelecer relações contratuais com o exterior, afirmando que este aspeto resulta do uso das suas vantagens de propriedade (Medina, 2005).

Na verdade, no caso em que o custo da transação através de uma organização seja menor que o intercâmbio através do mercado, a empresa cresce internalizando o mercado até ao ponto

de conseguir que os benefícios dessa sua ação compensem os seus custos, além de um melhor aproveitamento das economias de escala e alcance que reduzem o custo associado à transação de informação, o oportunismo e a incerteza (Sánchez & Camacho, 2007).

De acordo com essa teoria, a unidade de análise seria a transação e o objetivo seria minimizar os custos da transação associados a cada alternativa que pudesse ser apresentada (Sánchez & Camacho, 2007, pág. 3).

1.3.5 Teoria das Vantagens de Localização

Nesta teoria, a empresa situa as suas atividades onde existam menores custos. Quer dizer que, os fatores de localização são capazes de motivar, por si, a internacionalização da empresa na procura de recursos naturais, tecnológicos ou financeiros no exterior, com o intuito de melhorar a sua cadeia de valor (Sánchez & Camacho, 2007).

Por conseguinte, os fatores de localização estão condicionados pelas características do país de destino do IDE, pelo seu sistema económico imperante, pelo seu ambiente cultural, social, político e legal pela disponibilidade dos recursos no país e pelas próprias características do mercado interno (Medina, 2005).

Como exemplo, Ferreira et al. (2011), assinalam que as empresas petrolíferas investem onde existem reservas de petróleo e, para a sua exploração, combinam as suas capacidades técnicas e de gestão, com os recursos locais disponíveis (mão-de-obra, conhecimentos ou progresso em semicondutores e informática). No entanto e na perspetiva destes autores, a seleção da localização nem sempre se afigura como óbvia, uma vez que existe uma multiplicidade de fatores que condicionam as escolhas, nomeadamente:

- Algumas atividades podem gerar economias de escala crescentes, diminuindo, substancialmente, o custo utilitário através do aumento da qualidade produzida. Neste caso, há um incentivo para aumentar a escala das operações atuais e não a realização de um investimento em novas subsidiárias no estrangeiro;
- A produção não é uma fase única na cadeia de valor, pelo que as empresas necessitam de analisar as suas atividades no nível das atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) ou marketing, procurando localizações que minimizem os

seus custos. Podemos dizer que, a I&D pode ser melhor localizada em regiões onde exista mais material usado ou trabalhadores qualificados para o fazer. Relativamente ao marketing, este integra aspetos como o estado de desenvolvimento e de funcionamento dos canais de distribuição, limites e restrições a campanhas publicitárias, fixação de preços, entre outros, o que exige, necessariamente, mercados com características particulares e específicas;

- Algumas empresas conseguem influenciar os preços dos fatores produtivos numa dada região, pelo que tenderá a localizar os seus processos de produção intensivos desses (ou fator) nesse local;
- É ainda necessário considerar-se o impacto da própria intervenção governamental (através de tarifas, impostos, taxas, direitos preferenciais), que influencia as vantagens de cada localização. Os governos de determinados países como a China, utilizam barreiras comerciais para incentivar o IDE em detrimento da exportação.

Por fim, o fator trabalho não é o único que deve ser contemplado. Apesar de os custos do trabalho poderem ser relativamente baixos em determinados países, é necessário considerarem-se outros aspetos, como por exemplo, a qualificação e formação da mão-de-obra disponível, uma vez que a falta de formação específica irá acarretar um custo na sua formação (Sánchez & Camacho, 2007, pág. 4).

1.3.6 Teoria do Ciclo de Vida do Produto

A teoria do ciclo de vida do produto defende que alguns tipos de produto passam por um contínuo ou ciclo, composto, essencialmente por quatro fases: introdução, crescimento, maturidade e declínio (Ferreira et al., 2011).

Na primeira fase (introdução) podem registar-se exportações de pequena escala para outros países; na segunda fase (crescimento) pode produzir-se uma deslocalização parcial ou total da produção para países estrangeiros, sempre que o custo de transporte ou as barreiras aduaneiras sejam suficientes para justificar a descentralização da produção; na terceira fase (maturidade) um aspeto particular é a transladação da produção para países em desenvolvimento, no sentido de obter certas vantagens nos custos e, na última fase (declínio) a procura cresce nesses países em

desenvolvimento, que é onde se produz, maioritariamente o produto e à partir de onde se exporta para os países desenvolvidos (Ferreira et al., 2011; Sánchez & Camacho, 2007).

Esta teoria do ciclo de vida do produto estabelece que quando um mercado estrangeiro é suficientemente grande para suportar a produção local, a empresa estrangeira realiza investimento, ou seja, IDE (Sánchez & Camacho, 2007).

Sumariamente e atendendo à perspectiva de Vernon (1966), podemos dizer que a teoria do ciclo de vida do produto tem presente as vantagens de localização dos países e a sua relação entre a produção de certos tipos de bens, em cada uma das fases do seu ciclo de vida, sendo que a inovação dos produtos seria uma condição eminente sobretudo nos países com grande desenvolvimento económico e de capitais (Sánchez & Camacho, 2007, pág. 5).

1.4 Efeitos do IDE para o País Recetor

Sendo o IDE uma ferramenta importante para a economia de qualquer país, de seguida abordaremos os seus custos, bem como os benefícios para o país recetor.

1.4.1 Custos do Investimento Direto Estrangeiro

Podemos, basicamente, considerar três tipos de custos associados ao IDE para o país recetor. Assim, as empresas multinacionais procuram empresas nacionais no país recetor, que possuem o mesmo setor de atividade, já que estas não são detentoras de capacidades suficientes para poderem competir com aquelas que possuem recursos mais avultados, sendo que correm o risco de falirem e/ou criarem maiores níveis de desemprego (Ferreira et al., 2011).

Um outro aspeto que se encontra associado prende-se com o efeito notável sobre a balança de pagamentos, uma vez que o capital, sendo de origem estrangeira, obriga a uma transferência do lucro, caso seja necessário, para pagamento dos sócios, ou donos das empresas, sendo que neste caso, esta operação constitui um *out flow* na balança de pagamento. Por isso, estas empresas recorrem geralmente a importações avultadas no sentido de sustentarem a sua atividade, sendo que este aspeto aporta um débito na balança de pagamentos (Sánchez & Camacho, 2007).

Por fim, as empresas multinacionais possuem influências sobre o regime político do país, particularmente nos países em desenvolvimento, onde a tendência é a manutenção dos dirigentes que favorecem a entrada destas empresas no país recetor. Por conseguinte, pode haver uma perda da soberania ou na identidade nacional que se justifica pelo facto de a instabilidade encontrada na maioria destes países em desenvolvimento originar a necessidade de controlo sobre a variável política em detrimento da variável da população. Normalmente, quando o país não possui um controlo fiscal que seja eficaz, as empresas multinacionais optam por aplicar preços de transferências que não são abonatórios para o país recetor (Medina, 2005).

1.4.2 Benefícios do Investimento Direto Estrangeiro

No que diz respeito aos benefícios do IDE, sabe-se que os países recetores possuem uma variedade de interesses relativamente ao IDE, sendo que os benefícios, tal como os custos, podem ser divididos em três categorias: os efeitos sobre a transferência de recursos, os efeitos sobre o emprego e os efeitos sobre a balança de pagamentos (Ferreira et al., 2011; Hanson, 2001).

As empresas multinacionais exigem que as empresas nacionais melhorem a sua gestão, sob pena de não conseguirem vingar no mercado e, com a melhoria da sua gestão, estas empresas podem observar um aumento da qualidade dos produtos e serviços devido a potenciação da produtividade.

A subcontratação que possa existir obriga as empresas nacionais a adquirir novas tecnologias e a inovar. Neste contexto, os consumidores encontram-se perante um leque de produtos diversificados e perante novos hábitos de consumo, que os acaba por igualar relativamente ao país desenvolvido. A presença das empresas multinacionais favorece a circulação da massa monetária, tendo em conta a amplitude do capital investido e a facilidade que as empresas multinacionais possuem na obtenção de créditos avultados, o que acaba por contaminar toda a economia e provocar o efeito de alavanca (Ferreira et al., 2011; Lim, 2001).

Relativamente aos efeitos sobre a transferência de recursos, a nossa análise remete-nos para três recursos: gestão, capital e equipamentos. Assim, as capacidades de gestão das empresas multinacionais podem contribuir para melhorar as técnicas de gestão nos países recetores, formando trabalhadores e gestores locais. Estas capacidades vão-se tornando cada vez mais disponíveis e a generalidade das empresas locais, contribuindo para a sua melhoria. As empresas

multinacionais tendem a possuir tecnologias e equipamentos mais avançados, pelo que os países recetores beneficiarão destas tecnologias mais modernas que são introduzidas localmente através dos seus investimentos (Medina, 2005; Sánchez & Camacho, 2007).

No que diz respeito aos efeitos sobre o desemprego, o IDE gera emprego, direta ou indiretamente. Assim, quando as empresas multinacionais empregam os trabalhadores nas suas fábricas, incrementam a diminuição do desemprego, potenciando o nível de vida das populações e impulsionando a procura nacional, o que acaba por acarretar um aumento da produção nos outros mercados e uma diminuição das tensões sociais entre os países recetores, caso as empresas utilizem mão-de-obra intensiva. Indiretamente as empresas multinacionais subcontratam Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e recorrem a compras em outras empresas, o que provoca um efeito positivo na produção geral do país, há portanto uma mais-valia na economia do país recetor, que angariará receitas fiscais importantes (Ferreira et al., 2011; Medina, 2005).

Os efeitos sobre a balança de pagamentos, verificam-se quando o IDE faz aumentar os créditos dessa balança de pagamentos, decorrente do aumento das exportações por parte das empresas multinacionais. Da mesma forma, o IDE, ao fomentar a competição entre as empresas no país recetor, faz com que estas se integrem no comércio global ou internacional, potenciando as suas exportações e originando um maior crédito na balança de pagamentos (Balasubramanyam et al., 1999; Ferreira et al., 2011; Lim, 2001; Pessoa, 2007).

1.5 O Crescimento Económico

O conceito de crescimento económico e de desenvolvimento estão em voga, fazendo parte dos conceitos da atualidade. Tendo em linha de conta o aumento da população, enquanto variável não controlável, os recursos são, cada vez mais escassos e as necessidades dos consumidores ilimitadas, pelo que os diversos países se preocupam em fomentar uma produção que seja capaz de satisfazer a procura nacional, em primeira instância e garantir o bem-estar das populações e, em segunda instância, preocupam-se em serem competitivas sob o ponto de vista internacional para a sustentabilidade das mesmas. Neste sentido, a produção de bens e de serviços assume-se como uma componente crucial que deve ser gerida, já que não se pode falar de crescimento e/ou desenvolvimento sem produção (Louçã & Caldas, 2010).

O crescimento económico representa a expansão do PIB potencial ou produto nacional de um país. A teoria do crescimento pode, assim, ser definida como o ramo da economia que estuda o crescimento histórico do produto interno bruto (PIB) dos diversos países ou regiões, interessando-se, quase exclusivamente, pelo crescimento do PIB e do PIB *per capita*, porque assume que o bem-estar das populações se encontra estritamente correlacionado com estes indicadores (Sen, 1997).

Esse crescimento económico refere-se a um crescimento que alberga a expansão do PIB de um determinado país. Quando procuramos avaliar o empenho ou a eficiência de uma dada economia, recorreremos ao PIB *per capita*, já que este indicador nos fornece dados absolutos, ou seja, valores referentes ao PIB em função da população de um país. Este indicador é importante uma vez que um determinado país pode apresentar um PIB elevado em função do tamanho da sua população, todavia este valor pode assumir-se como insignificante quando o comparamos com o de outros países, que possuem um PIB relativamente baixo (Figueiredo, A. M., Pessoa, A. & Silva, M. R., 2008).

Na verdade, esta constatação, sublinha a importância de considerarmos os indicadores de desenvolvimento num sentido abrangente, já que por si só, podem não ter em conta a eventual desigualdade existente na repartição social dos rendimentos. Mesmo que atualmente o PIB *per capita* não seja um indicador por excelência que mede o bem-estar da população, ele não pode ser desprezável na avaliação da eficiência de uma economia, já que a componente de onde ele deriva assume-se como motor do crescimento (Louçã & Caldas, 2010).

1.6 As Quatro Rodas do Crescimento

Existem basicamente, quatro elementos ou rodas que são assumidos, pela maioria dos economistas, como sendo os motores do crescimento de um país, podendo estes elementos serem explorados distintamente para se chegar ao resultado, tendo em conta os diferentes recursos que fazem parte de cada país. De entre estes, destacamos a acumulação de capital (máquinas, fábricas, estradas), o progresso tecnológico (ciência, engenharia, gestão, iniciativa empresarial), os recursos humanos (oferta de trabalho, educação, disciplina, motivação) e os recursos naturais (terra, minerais, combustíveis, qualidade ambiental) (Samuelson, 2012).

A relação entre esses fatores é expressa através da função produção agregada, $Q = AF(K, L, R)$ que relaciona o produto nacional total com os fatores e a tecnologia; onde Q é o produto, K são os serviços produtivos de capital, L é o fator trabalho, R são os recursos naturais, A representa o nível de tecnologia na economia e F é a função produção.

À medida que os fatores de capital, trabalho ou recursos aumentam, é expectável que o produto aumente, embora apresente rendimentos decrescentes com fatores de produção adicionais. Podemos pensar no papel da tecnologia como o de aumentar a produtividade dos fatores. À medida que a tecnologia melhora através de novas invenções ou com a adopção de tecnologias estrangeiras, este progresso permite a um país produzir mais produto com o mesmo nível de fatores (Samuelson, 2012).

1.6.1 Acumulação de Capital

O capital de um país pode ser analisado a partir das infraestruturas de viabilização existentes, máquinas, camiões, bens intangíveis, entre outros. Quando um determinado país acumula capital, isto significa que aumenta a sua capacidade produtiva. Este mecanismo de acumulação é favorecido quando existe uma poupança disponível que as empresas utilizam para investir através de intermediários financeiros (Samuelson, 2012).

A acumulação de capital exige o sacrifício do consumo corrente durante muitos anos. Os países que crescem rapidamente tendem a investir fortemente em bens de capital, na maior parte dos países com crescimento acelerado de 10% a 20% do produto pode ser destinado à formação líquida de capital.

Quando pensamos em capital, não nos devemos concentrar apenas em computadores e fábricas. Muitos investimentos são levados a cabo apenas pelos governos para criar a estrutura que permite a emergência de um setor privado. Estes investimentos são chamados infraestruturas sociais e consistem em projetos de grande dimensão que precedem o comércio e os negócios. Estradas, projetos de irrigação e de abastecimento de água e medidas de saúde pública são exemplos importantes disso. Todos eles envolvem grandes investimentos que tendem a ser indivisíveis e por vezes têm rendimentos crescentes à escala. Estes projetos envolvem economias externas que as empresas privadas não conseguem captar, pelo que os governos têm de intervir

para assegurar que estes investimentos em infraestruturas sejam efetivamente realizados (Samuelson, 2012).

Quando há investimento, há uma acumulação física de capital e, nesta perspetiva, há lugar a uma potenciação dos meios de produção e consequentemente aumento da produção, em função da existência de boas infraestruturas de comunicação, centrais elétricas e boas vias de comunicação que auxiliam a produtividade das empresas (Samuelson, 2012, pág. 520).

1.6.2 Progresso Tecnológico

O progresso tecnológico é um grande indicador dos processos de transformação que influenciam a dinâmica económica. O progresso tecnológico inclui diferentes tipos de inovações, nomeadamente, inovações incrementais, que melhoram os processos de produção a partir do que já existe, mas também inovações radicais, que criam novos processos de produção e novos produtos (Samuelson, 2012).

O progresso tecnológico tem sido um ingrediente vital para o rápido crescimento dos níveis de vida. É claro que, historicamente, o crescimento não tem sido um processo de simples cópia, acrescentando novas linhas de siderurgias ou de centrais elétricas, umas a seguir às outras. Pelo contrário, uma corrente incessante de invenções e progresso tecnológico levou a uma ampla melhoria das possibilidades de produção na Europa, na América do Norte e no Japão.

O progresso tecnológico corresponde às alterações no processo de produção ou à introdução de novos produtos ou serviços. As invenções de processos que aumentaram imenso a produção foram a máquina a vapor, a produção de eletricidade, o motor de combustão interna e os grandes aviões a jato, as máquinas de fotocópias e o fax (Samuelson, 2012, págs. 519-20).

O crescimento tem criado novos limites e têm sido impulsionadas mudanças sociais e tecnológicas que afetam a produtividade no trabalho e a organização do capital. O progresso tecnológico assegura que possa haver uma maior produção com a mesma quantidade de equipamentos de trabalho. Nesta linha de pensamento, o crescimento populacional, o aumento de trabalho e de inovação, assumem-se como fatores decisivos no ciclo do crescimento económico. Estes fatores interagem de forma particular em contextos diversos, caracterizados por trajetórias históricas e instituições particulares. É evidente que, ao longo do tempo, o conhecimento

acrescido e a disponibilidade das técnicas mais sofisticadas tornam os trabalhadores e os equipamentos mais produtivos.

Os economistas têm vindo a ponderar há muito tempo a forma de incentivar o progresso tecnológico, dada a sua importância na melhoria dos níveis de vida. Tem vindo a ficar cada vez mais claro que o progresso tecnológico não é um procedimento mecânico de simples procura de melhores produtos e processos (Samuelson, 2012, págs. 519-20).

1.6.3 Capital Humano

O capital humano é assumido como um dos fatores mais preponderantes no desenvolvimento de um país, porque uma nação pode ter muitos recursos naturais, uma tecnologia de ponta, um capital físico avultado, mas se não possuir recursos humanos qualificados, será rapidamente confrontada com a dificuldade em integrar esses recursos humanos no mercado de trabalho. Este aspeto assume particular relevância em muitos países, como é o caso da Holanda, onde por exemplo, apesar de não existirem amplos recursos naturais, observa-se um grande investimento ao nível dos recursos humanos, colocando este país num *ranking* superior relativamente a outros países detentores de recursos naturais e tecnológicos avançados (Samuelson, 2012, pg. 519-20).

Quando os recursos humanos são bem formados e qualificados, tornam-se num capital, ou seja, numa mais-valia já que contribuem eficiente e eficazmente para a produção, sendo que a sua produtividade é potenciada, aportando benefícios positivos para a empresa, seja em contexto nacional seja em contexto internacional.

O fator trabalho consiste na quantidade de trabalhadores e nas qualificações da força de trabalho. Muitos economistas pensam que a qualidade do fator trabalho – as capacidades, o conhecimento e a disciplina da força de trabalho – é o elemento que, considerado independente, tem mais importância para o crescimento económico. Um país pode comprar os mais modernos aparelhos de telecomunicações, computadores, equipamentos de produção de eletricidade; contudo esses bens de capital apenas podem ser eficazmente usados e mantidos por trabalhadores qualificados e treinados. Progressos no analfabetismo, na saúde e na disciplina, e mais recentemente na capacidade para usar computadores, favorecem muito a produtividade.

No âmbito internacional, esta diferenciação do capital humano assume fundamental relevância, pois poderá constituir-se num fator atrativo para o IDE, sobretudo em setores de atividade em que é essencial a componente de I&D. Assim sendo, hoje em dia, a aposta na formação e na qualificação técnica dos recursos humanos é tido como um grande investimento que aporta, numa proporção incomensurável, o crescimento de uma nação (Samuelson, 2012, pág. 520).

1.6.4 Recursos Naturais

Um outro fator de produção clássico são os recursos naturais; nesse caso, os recursos importantes são a terra arável, o petróleo e o gás, as florestas, a água e os recursos minerais. Alguns países de rendimento elevado, como o Canadá e a Noruega, cresceram principalmente com base nos seus amplos recursos de base com grandes produções na agricultura, nas pescas e na floresta. Similarmente, os Estados Unidos da América (EUA), com os seus terrenos agrícolas férteis, de clima temperado são o maior produtor e exportador de cereais (Samuelson, 2012).

Mas a posse de recursos naturais não é condição essencial necessária para o sucesso económico no mundo moderno. A cidade de Nova Iorque, por exemplo, prospera principalmente, com base na sua indústria de serviços muito densa. Muitos países que não têm praticamente recursos naturais, como o Japão, desenvolveram-se ao especializarem-se em setores que dependem mais do trabalho e do capital do que dos recursos naturais próprios.

Na verdade, tal como Samuelson (2012) advoga, possuindo apenas uma ínfima parcela de área da Nigéria, que é rica em recursos naturais, a minúscula cidade de Hong Kong possui, efetivamente, um PIB maior do que aquele grande país africano. Neste sentido, os recursos naturais parecem ser condição suficiente, mas não necessária para o desenvolvimento de uma nação, porque existem países com imensas potencialidades, como é o caso da República Democrática do Congo, e que se encontram dentro dos últimos na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Neste sentido, é importante analisar, também, a racionalidade da gestão do país que possui diversos recursos naturais e que os consegue otimizar, aportando uma maior vantagem para o seu desenvolvimento, já que atrai o investimento, minimizando o custo das transações, dada a existência de outras infraestruturas significativas, como por exemplo,

a distância entre a empresa e a fonte de aprovisionamento das matérias-primas (Samuelson, 2012, pág. 520).

1.7 Mecanismos de Transmissão do IDE para o Crescimento Económico

Refletindo um pouco sobre os mecanismos de transmissão subjacentes ao IDE e que influenciam o crescimento económico, podemos dizer que a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2015), a partir da teoria do crescimento endógeno, sugere a existência de vários mecanismos ou canais através dos quais o IDE pode influenciar o crescimento económico do país recetor. Esta influência pode ser perspectivada numa dupla orientação, ou seja, positiva e/ou negativa, já que para além de benefícios, o IDE pode aportar custos para a economia do país recetor.

Os mecanismos de influência positivos no crescimento económico podem ser agrupados em cinco grupos: as transferências de novas tecnologias e *know-how*, a formação da força de trabalho, a integração na economia global, o aumento da concorrência no país recetor e o desenvolvimento e reestruturação empresarial. Apesar desta consideração é importante assinalar que os quatro primeiros podem atuar de forma negativa sobre o crescimento e que o IDE pode afetar o crescimento económico do país recetor quando surgem dificuldades na aplicação de medidas económicas (OECD, 2015).

Neste sentido, podemos considerar que o IDE pode influenciar o crescimento económico do país recetor através da transferência de novas tecnologias e *know-how* de forma positiva ou negativa. Assim, num prisma de análise positivo, verifica-se que as transferências de novas tecnologias e *know-how* potenciam aumentos na produtividade das empresas locais; melhorias no desempenho dessas empresas e redução dos custos de investigação e desenvolvimento das empresas recetoras, tornando-as mais competitivas (Varamini & Vu, 2007).

As empresas multinacionais quando se implementam num determinado país, aportam novas tecnologias e *know-how*, cujo impacto nas estruturas das empresas existentes é uma constatação, já que estas procuram adaptar-se à nova realidade. Nesta perspetiva, a competitividade entre as empresas acaba por gerar crescimento.

A própria estabilidade política e económica do país são condições necessárias para que se possa tirar proveito do IDE, caso contrário, este assumir-se-á como um vetor de efeitos negativos, com impacto visível ao nível do emprego e da estrutura empresarial das empresas existentes, que não conseguem adaptar-se e enquadrar-se nesta nova realidade, não conseguindo, por conseguinte, competir com as empresas multinacionais. É o caso mais comum dos conflitos armados ou das tensões sociais existentes nos países recetores, que não permitem que as empresas multinacionais evoluam normalmente, já que o Estado do país recetor não consegue exercer o seu poder para que estas empresas multinacionais respeitem as leis vigentes em matéria fiscal e legislação de trabalho.

Assim sendo, podemos dizer que, os efeitos negativos da transferência de novas tecnologias e *know-how* através dos mecanismos de IDE decorrem, por um lado, da dependência das empresas locais às tecnologias aportadas pelas empresas multinacionais, perdendo o interesse na sua própria produção e, por outro, nas atitudes de imposição que muitas das empresas multinacionais promovem junto das empresas locais, no sentido de fazerem valer as suas vantagens (Sen, 1998).

Na verdade, sabemos que as empresas multinacionais são tidas como muito desenvolvidas tecnologicamente, já que elas são responsáveis pelos processos de investigação e desenvolvimento que ocorrem no mundo, todavia, muitas vezes, esses desenvolvimentos tecnológicos encontram-se dispersos pelas diversas partes do mundo, nas diferentes sucursais (Ford et al., 2008).

Nos países em desenvolvimento, o IDE promove um crescimento económico nos países recetores, a partir da disponibilização das tecnologias que estas empresas multinacionais aportam, sendo que os ganhos daí decorrentes não poderiam ser conseguidos de outra forma, como por exemplo, através de investimentos financeiros ou pela aquisição de bens e serviços. A melhoria do desempenho económico de um país ocorre através do efeito de contágio promovido pelas empresas multinacionais, relativamente às tecnologias que aportam para os países recetores, contribuindo para o aumento da produtividade nas empresas locais e, consequentemente, para o crescimento do PIB (Varamini & Vu, 2007).

Estas novas tecnologias provocam uma diminuição dos custos suportados pelas empresas recetoras dessas tecnologias, e matéria da I&D, permitindo que se tornem mais competitivas, sendo que novos produtos e novos processos produtivos podem ser desenvolvidos. Por outro lado importa referir que, tal como Kottaridi (2005) sugere, estas empresas multinacionais estabelecem, por diversas vezes, ligação com entidades locais de pesquisa (institutos públicos e universidades), assegurando essa mesma transferência tecnológica.

Neste sentido, a dependência a estas empresas multinacionais e as tecnologias e *know-how* por elas aportado é uma realidade inquestionável, já que o crescimento das empresas locais passa a depender destas tecnologias e do conhecimento que é transmitido pelas empresas multinacionais (Ford et al., 2008).

A influencia do IDE ao nível da formação da força de trabalho é igualmente uma realidade que afeta grandemente o crescimento económico do país recetor. Tal como o anterior, este mecanismo de transmissão pode favorecer a ocorrência quer de efeitos positivos quer negativos. No que tange aos aspetos positivos, podemos referir o fato de as empresas multinacionais, através do IDE, transportarem trabalhadores altamente especializados; fornecerem formação superior à força de trabalho das empresas locais havendo uma melhoria desta, o que acaba por permitir a abertura de empresas próprias por parte dos trabalhadores das empresas multinacionais (Ford et al., 2008).

Os efeitos negativos, no entanto, são igualmente visíveis ao nível do desemprego, já que a utilização de tecnologias avançadas provoca diminuição do recurso à mão de obra; o fato de as empresas multinacionais assegurarem a formação da força de trabalho faz com que as autoridades locais não invistam nesta área e a saída do país de trabalhadores qualificados, devido ao decréscimo das atividades de I&D (Ford et al., 2008).

Nesta linha de pensamento, podemos pensar que o IDE encoraja as empresas do país recetor a terem uma visão mais ampla dos negócios e a integrarem-se no contexto global, sendo necessária a aquisição de novos conhecimentos e de novas tecnologias, assim como de formação profissional técnica. Esta nova visão lança os países recetores para a sua integração na economia global. De fato, a relação direta entre o aumento do IDE e a rápida integração no comércio global

é resultante do fato de o IDE provocar um crescimento económico tanto maior quanto maior receptividade o país recetor demonstrar (Ford et al., 2008).

Na verdade, quando um país recetor atrai o IDE, atrai naturalmente consequências positivas e negativas respeitantes à sua integração na economia global. Assim, as positivas passam pelo facto de as empresas locais procurarem copiar as empresas multinacionais; se integrarem nas redes e canais internacionais das empresas multinacionais; exportarem produtos locais com a marca das empresas multinacionais; serem, muitas vezes, incorporadas nas estratégias de internacionalização das empresas multinacionais e a potenciação das exportações provocadas pelas empresas multinacionais.

Os efeitos negativos desta integração na economia global passam pelo fato de poder ocorrer uma propagação dos problemas económicos para o exterior; a necessidade de se aumentarem as importações de matéria-prima com maior qualidade e quantidade; o repatriamento dos lucros provoca a saída de fundos do país, originando a longo prazo, um impacto superior ao investimento inicial e; um aumento de gastos com pagamentos de direitos de utilização de tecnologia ao exterior.

O IDE, tal como assinalam Lee & Tcha (2004), promove um papel fundamental na melhoria dos fatores de produção e da acumulação de capital no país recetor, devido à competição que cria. A entrada das empresas multinacionais faz aumentar a oferta no mercado do país recetor levando as empresas locais a aderir a essa concorrência na expectativa de manterem as suas quotas de mercado (Pessoa, 2007).

O aumento da concorrência no país, decorrente do aumento do IDE pode ter implicações positivas e negativas. As positivas remetem-nos para o aumento das atividades de I&D das empresas locais, bem como a melhoria das tecnologias e métodos utilizados; as empresas locais tendem a investir em equipamentos e formação; o aumento da produtividade leva a que haja um abaixamento dos preços e uma melhor alocação dos recursos (Pessoa, 2007; Varamini & Vu, 2007).

Todavia, os efeitos negativos da concorrência são igualmente um fato, já que o aumento dos rendimentos das empresas multinacionais decorre da diminuição dos rendimentos das

empresas locais; a concorrência cerrada leva ao encerramento de empresas locais e, conseqüentemente à diminuição da concorrência; possibilidade de aparecimento de oligopólios que levam ao desaparecimento das empresas locais; as empresas locais perdem o apoio das autoridades para que as verbas sejam utilizadas na captação do IDE; aumento da mobilidade dos trabalhadores das empresas locais para as empresas multinacionais; o aumento das necessidades de financiamento pelas empresas multinacionais provoca aumento nos custos do crédito e a dificuldade ao seu acesso e o IDE provoca o desaparecimento de poupanças internas, fazendo diminuir a disponibilidade para a concessão de crédito (Hanson, 2001; OECD, 2015).

De fato, numa situação de mercado altamente protegido, as empresas multinacionais presentes no país recetor irão utilizar a sua influência junto das autoridades para que a sua posição seja mantida. Desta forma, pretendem conseguir a manutenção da sua posição no mercado, apenas com a concorrência já existente e sem o aparecimento de mais capacidade instalada e nova oferta.

Aquilo que se verifica é que no mercado, as empresas multinacionais colocam barreiras e dificultam a evolução das empresas do mesmo setor de atividade, através do seu poder económico elevado, atraindo os trabalhadores mais qualificados destas empresas através de incentivos apelativos, impedindo que as empresas nacionais mantenham os seus recursos humanos se não lhes proporcionarem uma formação interna e outras condições para os motivar. Muitas vezes, como não conseguem fazer face a esta competitividade, acabam por perder os seus trabalhadores para as empresas multinacionais (Pessoa, 2007; Varamini & Vu, 2007).

Por outro lado, as empresas multinacionais conseguem rapidamente ganhar a confiança junto das instituições de crédito, que lhes proporcionam montantes consideráveis, obrigando-as a elevar as taxas de juro, o que acaba por limitar o crescimento das empresas nacionais do país recetor, já que o crédito alavanca a economia. A variação da taxa de juro acaba por afetar todas as empresas e a economia em geral, pelo que é preciso alguma atenção a este nível, sendo fundamental ter em linha de consideração que a presença das empresas multinacionais acarreta uma mudança no ambiente económico do país, não obstante a criação de um impulso para a economia no que toca à qualidade dos bens e dos serviços, à formação do pessoal e à transmissão de *know-how* (Pessoa, 2007; Varamini & Vu, 2007).

O IDE é fundamental no processo de criação de um ambiente económico melhor, com efeitos positivos no desenvolvimento e reestruturação empresarial do país recetor. Esses efeitos passam pelo fato de as empresas multinacionais entrarem em setores com elevadas barreiras, diminuindo, assim, os monopólios existentes; alterações políticas das regras aportadas pelas empresas multinacionais e adoção de políticas e regras trazidas pelas empresas multinacionais.

Os efeitos do IDE dependem de diversas condições internas de cada país em particular, sejam elas de natureza económica, política, social, cultural ou outra existente na altura do IDE ou propiciadas posteriormente, não estando diretamente relacionadas com o nível de desenvolvimento do país, assim como do tipo de investimento realizado. As justificações mais assinaladas pelos diversos estudos apontam para a forma como o país pode beneficiar com a presença das empresas multinacionais e nas vantagens que estas aportam, podendo a sua presença ser aproveitada para a melhoria da economia do país (Pessoa, 2007; Varamini & Vu, 2007).

Diversos estudos foram preconizados no sentido de procurarem estabelecer uma correlação entre o IDE e o crescimento económico do país recetor. Um dos estudos realizados pela UNCTAD (1999), que analisou 183 estudos relativos a 30 países indistintamente dos seus estados de desenvolvimento e de localização geográfica, revelou que entre 55% à 75% dos IDEs gerou crescimento nos países recetores analisados. Assim, podemos concluir que o benefício do IDE, em qualquer país, decorre da forma como esse país se empenha para atingir os benefícios aportados pelo IDE. Os fatores políticos, económicos, sociais e culturais são preponderantes nos ganhos do IDE e influenciam grandemente o crescimento económico.

1.8 Medição do Impacto (Indicadores)

Existem vários trabalhos empíricos que abordam o impacto do IDE no crescimento económico de uma forma geral, isto porque esse impacto pode ser medido de diversas maneiras, e portanto depende de cada autor ou ainda das possibilidades ou disponibilidades (dados disponíveis) que tem ao seu alcance.

Para medir o impacto do IDE a tendência é de alguns autores utilizarem modelos de vetores autoregressivos (VAR) com o objetivo de encontrar um indicador avançado para compreender inter-relações entre as variáveis macroeconómicas e financeiras (Ribeiro, Arlindo e Jorge, 2010); outros procedem ao estudo econométrico do impacto do IDE no crescimento

económico, com a estimação de um modelo tradicional de crescimento económico (Kunietama, Henrique e Nene, 2014); outros ainda adotam a estratégia experimental que inclui aspectos qualitativos e quantitativos (recolha de dados com o objetivo de se utilizarem métodos econométricos que permitam explicar a evolução do IDE ao longo do tempo, como análise de séries temporais e modelos de regressão linear estimados pelo método dos mínimos quadrados) (Sambú, Malam, 2015).

No âmbito deste trabalho vamos analisar esse impacto do IDE com base nos manuais recolhidos na Odebrecht e com um questionário feito aos trabalhadores analisando assim o impacto positivo e negativo do IDE.

Capítulo 2: O Crescimento Económico de Angola

A economia angolana foi duramente atingida pelo declínio acentuado dos preços internacionais do petróleo, bem como pela redução temporária da sua produção devido a uma permanente falta de planeamento da manutenção dos campos petrolíferos e a uma prolongada seca. Assim sendo, segundo (Rocha, Alves da, 2014, pág. 5-8) consideram-se três diferentes etapas de crescimento da economia angolana, com três períodos depois de obtida a paz:

- **De 2003 a 2008** – período durante o qual a procura mundial de petróleo e os preços cresceram bastante e que proporcionaram receitas significativas ao país. Foi então possível investir na reconstrução/modernização das infraestruturas materiais da economia e dar assim início a uma fase em que, a par das exportações de petróleo, o investimento público se apresentou como segundo maior fator de crescimento do PIB. O crescimento médio anual foi de 9,8%;
- **De 2009 a 2012** – em que a grande crise financeira internacional dominou os comportamentos de todas as economias, em umas mais do que em outras, mas que ainda permanecem indeléveis no momento atual e provavelmente ainda com alguma influência para o futuro; e em Angola determinou uma quebra no investimento público de mais de 21% entre 2008 e 2009, só se retomando o seu nível anterior em 2012. O principal fator deste ajustamento orçamental em Angola foi a quebra significativa do preço do petróleo no mercado internacional, avaliada em 35,3% de 2008 para 2009.

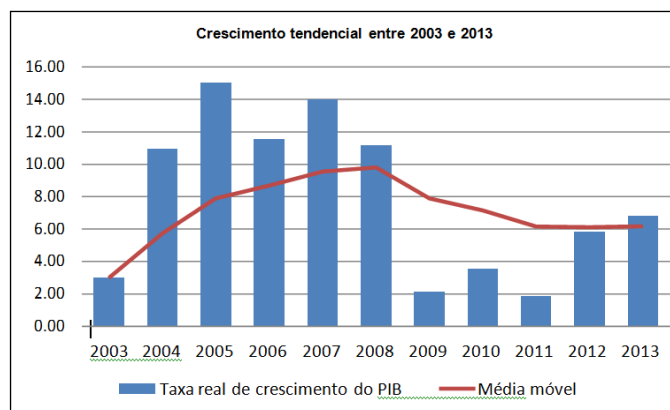
O outro fator de crescimento, as exportações de petróleo, também diminuíram de uma forma significativa no período em referência, tendo passado de 65,3 mil milhões de dólares, para 40,1 mil milhões de dólares. Com os dois principais motores do crescimento económico do país em visíveis dificuldades, a taxa real de variação do PIB foi a mais baixa de sempre depois da independência (exceptuando as monumentais quebras em 1994 e 1995 de cerca de 24% e 25%, respetivamente, também por razões revertíveis ao petróleo): menos de 3% em média anual entre 2009 e 2012.

- **De 2013 a 2014** – em que a grande aposta do governo está sendo o lançamento das bases para a diversificação da economia, assentes no investimento público em

infraestruturas, grande parte das quais apresenta uma velocidade de degradação incomum e prejudicial dos índices de retorno económico das empresas e de utilidade social da população. Este período tem sido caracterizado por um comportamento muito errático da produção de petróleo, afetada por problemas técnicos. Entre 2008 e 2012, a produção acumulada de petróleo em Angola diminuiu 11,7%. Imaginam-se os problemas financeiros para o país, porquanto as suas receitas representam 95% das exportações totais e 70% das receitas fiscais do governo. A taxa média de crescimento neste período foi de 5,5%. O preço do barril de petróleo pode diminuir, de 2012 para 2014, em cerca de 12,5%, tomando como preço médio provável em 2014, 97 dólares o barril.

Justamente devido à sua dependência externa de um recurso financeiro e de um fator de crescimento muito instáveis no seu comportamento é que a trajetória de longo prazo 2003-2013 (gráfico n.º 1) se traduz por um ritmo médio anual de crescimento do PIB de apenas 6,2%, já considerados os ajustamentos das Contas Nacionais 2002-2012.

Gráfico nº1 – Evolução do Crescimento Económico entre 2003-2013



Fonte: CEIC, Ficheiros “Estudos Fiscais” e “Estudos sobre o PIB por habitante”

O Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015 explicita as preocupações do governo quanto às expectativas de crescimento futuro da economia nacional, sendo as previsões de aumento do PIB para 2015 – 9,7% a preços constantes – bastante otimistas e totalmente contra-ciclo com a tendência média anual de longo prazo. Uma justificação para este

excesso de confiança do governo pode estar na recuperação da produção de petróleo, estimada em 10,5%, após a resolução de alguns dos problemas técnicos que a têm afligido há alguns anos.

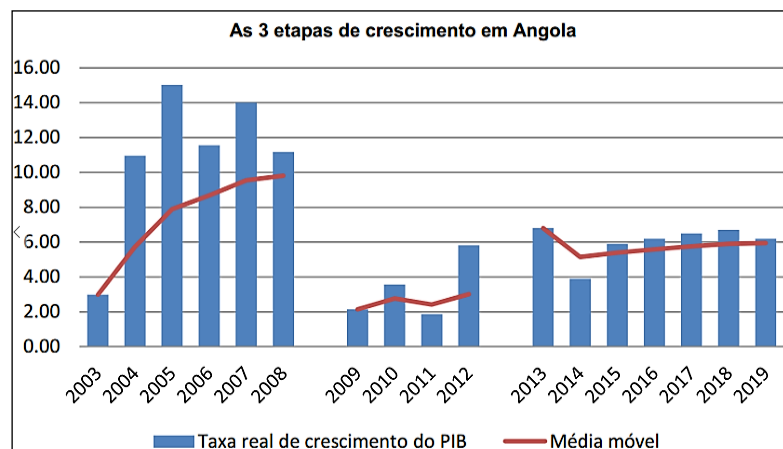
No entanto, verifica-se, afinal, que o crescimento do PIB nacional continua fortemente dependente da economia petrolífera, o que só será possível reverter em médio prazo, se determinadas assunções políticas e sociais forem assumidas, como por exemplo, a correção do processo de excessivo enriquecimento de uma ínfima parte da população e de empobrecimento de faixas crescentes do conjunto de cidadãos.

O investimento público, uma das molas impulsionadoras do crescimento económico do país, vai aumentar, em valores nominais, 22,1% (2014 para 2015), importando sobretudo, refletir sobre a efetiva capacidade de absorção da economia dos efeitos derivados de um montante global de 11 mil milhões de dólares e a qualidade de obras, do que depende a sua rentabilidade económica e utilidade social.

Ainda de acordo as previsões de médio prazo apresentadas por diferentes instituições e agências internacionais coincidem numa taxa média anual de variação do PIB nacional entre 5,5% e 6% até 2020. Aliás, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 também admite uma maior intensidade de crescimento até 2017, com 4,3% de variação neste último ano (Rocha, Alves da, 2014, pág. 13-14).

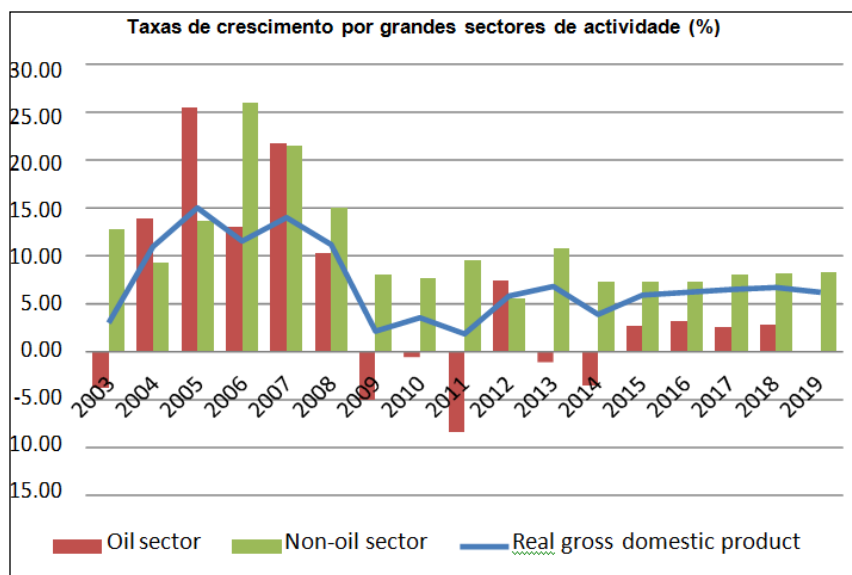
Segundo o gráfico n.º 2, a taxa média anual de crescimento do PIB entre 2013 e 2019 rondará 5,5% a 6%- números insuficientes para a realização de alguns dos objetivos de Desenvolvimento do Milénio subscritos por Angola, entre os quais a redução sustentada dos índices de pobreza. Entre o crescimento e a redução da pobreza estabelece-se uma relação teórica concreta – mais crescimento e menos pobreza – mas dependente do modelo de repartição dos resultados desse crescimento. Quando este modelo favorece a acumulação assintótica do rendimento, mais crescimento pode até gerar mais pobreza. Para uma taxa média anual de variação do PIB de 5,5% e uma elasticidade rendimento-pobreza de -0,8 a taxa de pobreza em 2019 poderá ser de 46,3%. Por isso, uma melhor distribuição da renda nacional tem de, necessariamente, passar por uma alteração profunda do atual processo de acesso às rendas do petróleo, baseado no tráfico de influências e no favorecimento de grupos e famílias relacionadas com o poder político instalado (Rocha, Alves da, 2014, pág. 13-14).

Gráfico nº2 - Etapas do Crescimento em Angola



Fonte: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014

Gráfico nº3 - Evolução da Taxa de Crescimento por Setores de Atividades



Fonte: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014

2.1 Caracterização Socioeconómica de Angola

Saída em 2002 de uma guerra civil que assolou o país durante 27 anos, Angola tem-se naturalmente assumido como uma potência regional no contexto da África Subsariana, convergindo para uma economia de mercado com um rendimento anual *per capita* superior a 6.000 dólares. Angola deixou de ser uma colónia portuguesa e tornou-se um país independente em 11 de Novembro de 1975. Angola é um estado unitário com um regime presidencialista multipartidário e dividido administrativamente em 18 províncias. A sua população está estimada em 20.8 milhões (UNCTAD, 2012) e regista uma taxa de crescimento anual elevada (superior a 3% na última década).

O país é rico em recursos naturais, com destaque para o petróleo, que representa cerca de 45% do Produto Interno Bruto (PIB), 60% das receitas fiscais e mais de 90% das exportações; não obstante, a agricultura de subsistência constitui o principal recurso para a maioria da população, ocupando cerca de 85% da força laboral, embora represente aproximadamente 10% do total. Em contrapartida, a indústria e os serviços, que têm um peso no PIB de respetivamente 61,4% e 28,4%, empregam apenas 15% do total da força laboral (AICEP, 2014).

Entre 2004 e 2008 a taxa média de crescimento económico fixou-se em mais de 17% ao ano, posicionando Angola no topo dos países com maior crescimento a nível mundial. O impacto da crise financeira global e uma quebra na produção do petróleo provocaram um abrandamento significativo do crescimento, entre 2009 e 2011, para uma média anual de apenas 2,4% do PIB. Em 2012, o aumento de 15% da produção petrolífera angolana contribuiu decisivamente para impulsionar a atividade económica, bem como para um forte desenvolvimento do setor não-petrolífero, contribuindo para um crescimento do PIB de 6,8%.

Ao contrário do previsto, problemas técnicos surgidos em 2013 e no início de 2014 fizeram baixar a produção petrolífera angolana, o que contribuiu para que o crescimento do PIB se tenha quebrado em 3,6% (AICEP, 2014).

O orçamento para 2014 aponta para um crescimento do PIB de 8,8%. Contudo, com uma queda de 3,1% no preço do petróleo a esbater o aumento da produção e a conduzir a um decréscimo do consumo público, o *Economist Intelligence Unit* (EIU) projeta um crescimento do PIB de 5%. Uma nova subida da cotação do petróleo em 2015 projetará o Produto para um

crescimento de 6,6%. De 2016 a 2018, e pressupondo uma quebra média anual de 4,6% na cotação do petróleo, são escassas as possibilidades de o PIB crescer, em média, acima de 6,5% por ano.

A estrutura do crescimento económico angolano continuará a ser intensiva em capital e depende das importações de bens estratégicos e de consumo, e com poucas ligações a outras áreas da economia, exceto os setores controlados pelo Estado (construção e finanças). O setor não-petrolífero, como os transportes, a indústria ligeira, o comércio e os serviços, terá uma rápida expansão sendo, contudo, condicionado pela falta de reformas e baixos níveis de investimentos, tanto público como privado (AICEP, 2014).

2.1.1 Produção

Na última década, a economia angolana encontra-se entre as economias com maior crescimento económico do mundo. Apesar dos efeitos negativos da crise mundial de 2008-2009, o crescimento real anual médio do PIB angolano foi de 11%, no período 2002-2012. A estabilidade política conseguida com o fim da guerra civil e a reconstrução do país subsequente foram com certeza fatores determinantes para este elevado crescimento (AICEP, 2014).

Angola é altamente dependente do setor petrolífero; o petróleo representa, sensivelmente, 98% das exportações angolanas, é a principal fonte de atração de IDE e assegura cerca de 80% das receitas fiscais. É atualmente a segunda maior potência petrolífera da África Subsariana, com uma produção diária de aproximadamente 1.7 milhões de barris em 2011 (AICEP, 2014).

As perspetivas de crescimento real da economia em 2014 indicam que o desempenho macroeconómico deverá refletir uma queda importante da produção de petróleo e uma ligeira redução nas taxas de crescimento do setor não petrolífero, quando comparado com os cursos verificados em 2013.

Conforme a tabela n.º 1, para 2014, as mais recentes projeções do crescimento apontam para uma desaceleração significativa do PIB, que deverá se situar em 4,4% quando comparado com as metas do PND 2013-2017. Enquanto se perspetiva que o setor petrolífero continuará a ressentir a contração económica iniciada em 2009, com intervalo em 2012, devendo registar um recuo ao ritmo de -3,5% no corrente ano, as perspetivas para o setor não petrolífero da economia

nacional apontam para um crescimento a uma taxa de 8,2%, mas com um desempenho marcado por um moderado abrandamento, quando comparado com 2013 (AICEP, 2014).

Tabela nº1 - Taxas Reais de Crescimento do PIB pm (%)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB pm	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	4,4	9,7
Setor petrolífero	-5,1	-3,0	-5,6	4,3	0,9	-3,5	10,7
Setor não petrolífero	8,3	7,8	9,7	5,6	10,9	8,2	9,2
Agricultura	29,0	6,0	9,2	-22,5	42,3	11,9	12,3
Pesca e Derivados	-8,7	1,3	17,2	9,7	2,4	5,3	3,3
Diamantes e Outros	4,6	-10,3	-0,7	0,3	3,3	1	0,7
Indústria Transformadora	5,3	10,7	13,0	14,0	8,6	8,1	11,2
Construção	23,8	16,1	12,0	11,7	8,1	8	10,5
Energia	21,3	10,9	3,5	10,4	34,4	17,3	12,0
Serviços Mercantis	-1,5	8,7	9,5	13,4	7,0	8,0	9,0
Outros	5,9	4,7	9,6	8,3	0,7	6,0	4,5

Fonte: MPDT

2.1.2 Comércio Internacional

Ao longo dos últimos anos Angola registou, de um modo geral, um aumento considerável do valor das suas transações comerciais, tendo ocupado, em 2013, a 46^a posição do *ranking* de exportações e a 74^a enquanto importador (AICEP, 2014).

Tabela nº2 - Evolução da Balança Comercial

(10 ⁶ USD)	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Exportação fob	40.828	50.595	66.996	73.000	64.948	70.980
Importação fob	22.660	16.667	20.190	24.000	45.842	22.099
Saldo	18.168	33.928	46.806	49.000	38.000	48.881
Coeficiente de cobertura (%)	180,2	303,6	331,2	304,2	314,6	321,2
Posição no "ranking" mundial						
Como exportador	52 ^a	53 ^a	52 ^a	49 ^a	46 ^a	n.d
Como importador	64 ^a	77 ^a	75 ^a	71 ^a	74 ^a	n.d

Fontes: WTO – World Trade Organization; ITC – International Trade Centre

Nota: n.d. – não disponível

A balança comercial angolana (tabela nº2) apresenta elevados saldos positivos, que aumentaram de forma contínua até 2008. Esta situação resulta basicamente das exportações de petróleo, que representam a quase totalidade das vendas ao exterior.

A evolução do crescimento das exportações entre 2005 e 2008 foi de 165%, enquanto as importações aumentaram 151%. Por outro lado, a relativa estabilidade do *kwanza*, a disponibilidade de moeda estrangeira proveniente das exportações e o forte desenvolvimento da economia, conduziram a elevadas taxas de crescimento das importações, embora inferiores ao ritmo de crescimento das exportações. Há que ter em conta que os constrangimentos em termos de infraestruturas portuárias e rodoviárias têm condicionado o crescimento das importações (AICEP, 2014).

No entanto, o ano de 2009 foi marcado por uma forte quebra das exportações (-36,1% face ao ano anterior), em consequência, fundamentalmente, da descida acentuada do preço do petróleo (durante o primeiro semestre do ano) e também da diminuição da produção. No mesmo período, as importações continuaram a sua trajetória ascendente (+8%).

Impulsionadas pelo aumento do preço do petróleo a nível internacional, entre 2010 e 2012 as exportações angolanas registaram aumentos consideráveis (23,9% em 2010; 32,4% em 2011 e 9,0% em 2012), totalizando cerca de 73 mil milhões de USD em 2012. Em 2013, e de acordo com os dados disponíveis, as vendas angolanas ao exterior terão registado uma quebra de 2,7%.

No que diz respeito às importações, depois de um recuo de 26,4% em 2010 (o que reflete, em boa medida, o esforço de contenção da despesa pública, particularmente no que diz respeito ao investimento), registaram aumentos de 12,1% e de 18,8% em 2011 e 2012, fruto do dinamismo do investimento público e do consumo interno.

Em 2013, as importações terão averbado uma descida de cerca de 8%. Para o corrente ano prevê-se a retoma do ritmo de crescimento das exportações e importações (9,0% e 7,5%, respetivamente), estimando-se que o saldo da balança comercial possa ultrapassar, segundo projeções do EIU, 45 milhões de USD.

2.2 O Investimento Direto Estrangeiro em Angola

A ANIP¹ (Agência Nacional de Investimento Privado), e atualmente APIEX² (Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola) recebeu 214 propostas de investimentos avaliados em 7.4 bilhões de dólares (cerca de 700.4 mil milhões de *kwanzas*). Todavia, só aprova projetos no valor de mais de 4 bilhões de dólares (mais quatro mil milhões de *kwanzas*), cifra que pode aumentar até 31 de Dezembro (ANGOP, 2016).

A APIEX tem em média 52% de investimentos de angolanos, onde estão incluídas as parcerias de angolanos com investidores de origem externa, ou seja, com estrangeiros.

Embora, não sejam de maior valor em termos numéricos, os projetos no setor da indústria registaram um aumento significativo, o que, para a APIEX, significa uma marca positiva, não obstante ser ainda de empresas de pequenas e médias dimensões. O setor do comércio manteve-se uniforme, enquanto os setores da indústria e de prestação de serviços se mantêm líderes neste

¹ Assegurava a gestão e negociação do investimento privado em Angola, tramitando os processos, validando a concessão de incentivos e rubricando os respetivos contratos.

² Passa a ter a função de promover o investimento privado no exterior e os departamentos setoriais terão uma maior intervenção na definição do investimento privado, sua análise e tratamento.

processo. O setor da agricultura, que também tem registado alguma aposta de investidores, ainda carece de muitos investimentos indispensáveis para uma boa prática de atividade agrícola.

Alguns investidores estrangeiros que deram entrada de projetos de investimentos na APIEX são da Nigéria, Ghana, África do Sul, Namíbia, Senegal, Guiné, Egipto, Marrocos e tantas outras, ligadas fundamentalmente a pequenos negócios. Fora do continente africano, em termos monetários Portugal ultrapassou a China. Nota-se uma grande competitividade entre estes dois países, portanto, apesar de ser ainda de forma tímida, vão aparecendo outros países com interesse em investir em vários setores económicos, com destaque para o Canadá, Turquia, Estados Unidos da América e Brasil, sendo este último, a APIEX acreditar que poderá ter mais investimentos em Angola, por estar a impulsionar nas áreas das parcerias público-privada, sobretudo no que diz respeito à energia.

A entrada de empresários africanos no mercado angolano tem sido positiva, embora ainda muito ligada às áreas do comércio e construção civil, mas paulatinamente, os africanos estão, cada vez mais, a investir em Angola, muito mais em pequenos negócios.

2.3 A Importância do IDE na Economia Angolana

O IDE tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais relevante na atividade económica sendo Angola, no contexto do Continente Africano, o segundo país a seguir à África do Sul que acolheu mais projetos de investimento em 2011-2012.

De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, e apesar do forte investimento líquido negativo ocorrido nos últimos anos, Angola tem sido mais importante a nível mundial enquanto recetor de IDE, do que enquanto emissor. Em 2013, o país posicionou-se em 208^a lugar no *ranking* mundial enquanto recetor e ocupou a 44^a posição no conjunto dos países emissores (AICEP, 2014).

Tabela nº3 - Investimento Direto expresso em USD

(10 ⁶ USD)	2009	2010	2011	2012	2013
Investimento estrangeiro em Angola	2.205	-3.227	-3.024	-6.898	-4.285
Investimento de Angola no estrangeiro	7	1.340	2.093	2.741	2.087
Como recetor	65 ^a	198 ^a	199 ^a	199 ^a	208 ^a
Como emissor	114 ^a	47 ^a	45 ^a	38 ^a	44 ^a

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) & UNCTAD – World Investment Report 2014

O interesse dos investidores estrangeiros por Angola deve-se, sobretudo, às riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais, estando os investimentos externos envolvidos em diversos setores, particularmente os relacionados com o petróleo. Nas atividades não-petrolíferas, o principal interesse recai sobre a indústria transformadora, sobre a reabilitação das infraestruturas e a agricultura, prevendo-se a sua intensificação no futuro próximo (AICEP, 2014).

Um estudo da *Ernst Young* revela que, entre 2003 e 2011, cerca de 80% dos fluxos de IDE se destinou ao setor petrolífero que, a par da indústria extrativa em geral, deverá continuar a ser maior fonte de atração de capital estrangeiro. Embora, os setores do petróleo, gás e carvão sejam os que atraíam mais capital, foi nos serviços financeiros que se verificou o maior número de projetos (42,5% do total). Segundo o mesmo artigo, Portugal foi o país que, no período referido, mais projetos desenvolveu em Angola, seguido dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Espanha e África do Sul.

Entre 2009 e 2013, o valor líquido do investimento direto em Angola totalizou -15.229 milhões de dólares (tabela n.º 3). Por outro lado, o investimento angolano no estrangeiro tem sido reduzido, se bem que nos últimos cinco anos o país tenha investido 8.268 milhões de dólares, o que se traduz numa média anual de 1.653,6 milhões de dólares.

O IDE é uma das opções estratégicas para relançar as economias dos países emergentes e em desenvolvimento onde abundam recursos humanos e naturais mas carecem de recursos financeiros para acumular os capitais necessários para alavancar suas economias e garantir o

bem-estar das suas populações. Assim sendo, Angola não foge à regra e destaca-se em África no que tange à atratividade do IDE, ocupando o sétimo lugar no contexto africano e o terceiro lugar na África Subsariana, precedido pela África do Sul, Egito, Marrocos, Argélia, Tunísia e Nigéria (Ernst & Young, 2012).

Angola é um país que consegue oferecer inúmeros excedentes atrativos aos novos investidores estrangeiros que decidem ampliar os seus mercados pelo mundo. Estabelece acordos com muitas isenções fiscais que variam consoante a área geográfica do investimento. Oferece ainda uma população jovem e vários recursos naturais. Todavia a precariedade económica está patente na incidência de um PIB completamente dependente do petróleo.

Segundo a APIEX, em 2010, o investimento privado nos setores não petrolíferos registou um aumento significativo, comparativamente ao ano anterior, atingindo um valor de cerca de 2.4 mil milhões de USD. O setor da indústria transformadora lidera a lista dos investimentos, seguindo-se o da construção civil e da agricultura. Os setores do comércio, transportes e comunicações e imobiliário, também registaram investimentos privados.

Ainda de acordo com a APIEX (2013), as províncias de Luanda, Malange, Benguela, Huambo, Huíla, Bengo, Kwanza Sul e Lunda Norte, são regiões do país com maior interesse para o investimento privado, embora Luanda assuma um papel de grande destaque relativamente às restantes províncias.

Não obstante o capital estrangeiro continuar a afluir, o país parece não descolar da cauda do *ranking* mundial em matéria de competitividade. Angola ocupa atualmente o 139º lugar entre os 142 países classificados no índice de competitividade global, divulgado pelo *World Economic Forum*. Por outro lado, em termos de facilidade em fazer negócios, Angola está classificada no 172º lugar no *ranking* da *Doing Business* 2012, num conjunto de 183 países.

Os fluxos de capitais para Angola tendem a diminuir a forma de IDE não só devido às oportunidades que um país rico em recursos naturais apresenta, mas também devido ao desenvolvimento incipiente dos mercados locais e à fraca integração do sistema bancário nos mercados internacionais. Em 2012, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio

e Desenvolvimento, os fluxos de investimento líquido para Angola foram negativos, pelo terceiro ano consecutivo (UNCTAD, 2012).

O polo principal de atratividades dos investidores estrangeiros são as áreas petrolíferas e mineira, e na construção civil. Os setores disponíveis para os negócios são o petróleo, minerais, construção civil e infraestruturas, obras portuárias, agricultura, telecomunicações, banca, turismo e energia. Nesta perspetiva, o governo angolano deve trabalhar no sentido de diversificar a sua economia, evitando a sua vulnerabilidade quando o preço do petróleo desce ou durante períodos de crise.

O relatório Mundial de Investimento das Nações Unidas mostra que o retorno do investimento em África ainda é elevado: o rácio entre o rendimento do IDE e o seu *stock* é de 20% em África, face a 14% na América Latina e Caraíbas e 15% no continente asiático. Mas existem entraves consideráveis ao desenvolvimento natural dos negócios que impedem novos investimentos e limitam o crescimento potencial, sendo necessário enveredar por mais esforços na redução de constrangimentos a este nível (UNCTAD, 2013).

A redução do *stock* de IDE em Angola sugere uma estabilização da entrada de fluxos de capitais no país, depois de um período de forte investimento decorrente da assinatura de acordos de paz entre as principais forças políticas, em 2002. Atualmente, a tendência de desenvolvimento em Angola têm diminuído a parcela dos seus lucros, o que afeta o reinvestimento no mercado nacional. A nova lei do investimento privado que limita a concessão de benefícios fiscais a investimentos superiores a um milhão de dólares, poderá ter também influenciado a entrada do IDE no país. Alguns projetos de menor dimensão e focalizados no capital físico poderão ter sido adiados devido à imposição deste limite de investimento (UNCTAD, 2013).

A inexistência de informação recente sobre a evolução do IDE por setor não permite aprofundar quais as atividades que têm registado mais investimento ou desinvestimento em Angola nos últimos anos. Estudos gerais sobre Angola apontam para uma importância crescente do investimento ligado à indústria transformadora. Ernst & Young (2012) estimaram que 73,5% dos fluxos de capital se destinavam a investimentos na indústria transformadora e em atividades relacionadas com a construção de infraestruturas, o que contribui para a diversificação da economia.

Os setores prioritários para o investimento são a produção agropecuária, a indústria de transformação, as pescas e derivados, a construção civil, a saúde e educação, as infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, as telecomunicações, energias e saneamento. (APIEX, 2013).

2.4 Quadro Legal do IDE em Angola

A nova lei de Investimento Privado aprovada a 11 de Agosto de 2015 garante que cada projeto de investimento acelere o desenvolvimento económico, ao oferecer garantias fiáveis de maior crescimento das empresas nacionais e facilidades de parcerias para as empresas estrangeiras (Jornal de Angola, 2016).

Vários analistas acreditam que a execução das políticas de investimento gere um desenvolvimento económico e social equilibrado quer seja para a diversificação, quer para um incremento no crescimento da oferta de empregos.

A aplicação do diploma nº 14/15 de 11 de Agosto garante às empresas nacionais um crescimento robusto e facilidades para que a marca “*Made in Angola*” seja conhecida a nível da região. Para uma diversificação efetiva, o Executivo vai continuar a apostar nos setores da agricultura, indústria, pescas, energia e águas, transportes e turismo. Esta aposta visa sobretudo promover mais empregos e soluções para a satisfação do mercado interno bem como transformar o investimento privado num verdadeiro elemento essencial da economia nacional.

A intenção do Executivo consiste em diversificar a economia através de um modelo que permita gerar mais emprego com a criação de programas em todos os setores. Para tal, o Executivo apenas requer, de acordo com o princípio da universalidade do investimento privado, o valor mínimo para se investir em Angola a partir dos 50 milhões de *kwanzas*. Essa regra é uma das inovações introduzidas pelo Nova Lei do Investimento Privado, que define investimento interno como a realização de projetos por via da utilização de capitais titulados por residentes cambiais, podendo estes, para além de meios monetários, adotar igualmente a forma de tecnologias e conhecimento, bens de equipamentos ou serem oriundos de financiamentos, ainda que contratados no exterior (Jornal de Angola, 2016).

Na óptica da APIEX (2014), a lei precisa essencialmente de ser regulamentada e acertada, sobretudo na sua conformidade com o novo Código Fiscal, sem, contudo, alterar substancialmente os incentivos fiscais e aclarar alguns artigos que possam suscitar dúvida. Os projetos para terem aval da APIEX têm que apresentar uma proposta com um paradigma já existente e que pode ser preenchido via *online* para, posteriormente, constituir outros processos, que devem ser autenticados pelas embaixadas angolanas ou pelos consulados no exterior, com o estatuto da empresa e o balanço dos últimos três anos, estudo de viabilidade e um projeto-contrato, manifestando o interesse de querer investir no país.

A Lei de Incentivos Fiscais dá privilégio às cidades das províncias que se encontram próximas das infra-estruturas portuárias, aeroportos e estradas. Para algumas províncias ou cidades que contam com portos, considera-se que estão localizadas na zona A, enquanto a zona B engloba outras cidades que têm um grau de dificuldades em termos de infraestruturas, e a zona C estão as províncias ou cidades que carecem de quase todo tipo de infraestruturas e são as que mais beneficiam de incentivos, como isenção de impostos industriais (Jornal de Angola, 2016).

Com a aprovação do Novo Código, o imposto industrial, que era de 35%, reduziu para 30% e no setor da agricultura baixou de 25% para 20%.

Uma das grandes vantagens para os investidores nacionais e estrangeiros residentes, a partir do momento em que contempla todo o seu investimento no país, é que podem recorrer ao crédito interno. Constitui uma grande vantagem para os que pretendem investir na agricultura, onde o crédito, através do Banco Desenvolvimento Angola (BDA), que oferecia uma taxa de 5%, no âmbito do “Angola Investe³” passou para 2%.

Os investidores preferem as províncias com um grande potencial no crescimento de infraestruturas e oportunidades de negócios, como por exemplo, a cidade do Porto Amboim, onde já começaram a aparecer projetos para àquela localidade, devido ao surgimento de várias indústrias e também por causa do porto que vai ser construído naquela região.

³ Criação em Angola de um tecido empresarial nacional fortalecido, sobretudo ao nível das MPME, que seja gerador de emprego e de riqueza para os angolanos

Desde o surgimento do Projeto Okavango, Zambeze, na província do Cuando Cubango, a desminagem e a ligação ferroviária, nota-se o surgimento de vários projetos para aquela circunscrição do país. Outro exemplo é o da província do Cunene, que parecia estar esquecida; hoje, a realidade é totalmente outra, já se nota, cada vez mais, interesse dos investidores em direccionar os seus pequenos negócios naquela localidade, sobretudo nas áreas de construção civil e do comércio.

Estatísticas do grupo britânico *Financial Times* indicam que Angola e o Egito lideraram o *ranking* de investimento direto estrangeiro em África em 2014. O país conseguiu ficar com 13% de todo o investimento estrangeiro no mercado representado por África e Médio Oriente, estabelecendo-se na segunda posição deste *ranking* com 16 mil milhões de dólares e o Egito com 18 mil milhões de dólares. Esta estatística demonstra que Angola progrediu e conseguiu ficar com 13% de todo o investimento estrangeiro na região, ocupando assim a segunda posição deste *ranking*.

Um dos aspetos relevantes na nova lei é a introdução do conceito de obrigatoriedade do estabelecimento de parcerias entre os investidores estrangeiros e angolanos, cuja participação deve ser de pelo menos 35%; contempla ainda incentivos a parcerias que garantam maior criação de postos de trabalho com mão-de-obra nacional localização geográfica, nível de produção agrícola, percentagem da participação, de acionistas angolanos, ao mesmo tempo que promove o bem-estar social, económico e cultural da população (Jornal de Angola, 2016).

A nova lei vai ainda aumentar a capacidade produtiva nacional, elevar a qualidade dos bens produzidos no país, proporcionar e promover as parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras e também promover as exportações e diminuir as importações.

A criação da Unidade Técnica de Investimento Privado (UTIP)⁴ em todas as províncias do país vai garantir maior atração de investidores para o mercado nacional e contribuir para a economia. A UTIP tem como missão estabelecer mecanismos de articulação institucional para a

⁴ Serviço técnico especializado que tem por objecto apoiar o Titular do Poder Executivo na preparação, condução, avaliação e negociação de Projectos de Investimento Privado cujo montante seja superior a USD 10.000.000,00 e os investimentos nos sectores financeiro, mineiro e diamantífero, nos termos do novo Regulamento do procedimento para a realização do Investimento Privado, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 182/15, de 30 de Setembro

condução, avaliação e negociação dos projetos de investimentos; devendo ainda prestar assistência técnica, jurídica e acompanhar a conceção dos projetos dos investidores nacionais e estrangeiros.

2.5 Evolução do IDE em Angola

Segundo o jornal O País de 10 de Maio de 2015, o mercado angolano tem vindo a atrair um nível crescente de interesse. As reformas políticas, regulamentares e sociais, de progresso e crescimento, colocam o país como uma alternativa viável face a outros destinos de investimento em mercados emergentes e particularmente na África subsariana. Segundo um estudo da consultora *Ernst & Young* sobre a atratividade empresarial publicado no ano passado, Angola tornou-se no quarto maior destino de investimento estrangeiro direto em África, muito à custa do forte crescimento da economia do país e os investimentos ao nível das infraestruturas, nomeadamente em portos e aeroportos, bem como a criação do fundo soberano de cinco mil milhões de dólares e o lançamento da bolsa de valores, são “sinais da melhoria da atratividade” angolana para investimentos privados.

Apesar da revisão em baixa do crescimento a economia nacional fruto da crise do petróleo, a economia angolana continuará a crescer. Por isso, Angola continuará a ser um dos principais destinos do capital de IDE em África, como aconteceu entre 2003 e 2011, altura em que Angola conseguiu atrair mais de 58 mil milhões de dólares americanos.

O mercado angolano é um mundo de oportunidades para milhares de pessoas e investidores, apesar de terem pela frente riscos e desafios muito diversificados e complexos, devido principalmente à burocracia e a corrupção que está enraizada nas principais instituições do Estado.

Apesar de Angola viver uma estabilidade política, a corrupção, a deficiente qualificação da força laboral, em termos de competências técnicas, os prazos nas importações e exportações e ainda os custos com a energia, continuam a ser as principais barreiras ao investimento estrangeiro. Mesmo com estas dificuldades é de realçar que, uma boa parte das empresas pertencentes ao *ranking* 500 da *Fortune* tem representação em Angola, e isto é um bom sinal.

É preciso que as empresas e os investidores confiem nas perspetivas de Angola de longo prazo. A estabilidade macroeconómica é fundamental para as perspetivas de crescimento. É, igualmente, essencial para as empresas terem oportunidades viáveis, sobretudo se os investidores vão assumir o risco de participar com as suas poupanças. A confiança nas perspetivas económicas de um país é essencial para que investidores privados mantenham as suas poupanças no país, ao invés de procurar formas de levá-las fora do país.

As políticas económicas também influenciam a oferta e a procura. Por exemplo, influenciam a determinação das oportunidades de crescimento entre os diversos sectores empresariais e o tipo de financiamento necessário; por exemplo, as empresas de construção que trabalham com contratos públicos e que recebem ordens de saque, apresentam necessidades de financiamento muito diferentes das empresas que servem o setor privado.

Por outro lado, os mercados podem ser impulsionados pelo “espírito animal”, mas as “regras do jogo” necessitam de ser estruturadas cuidadosamente para que os mercados funcionem correctamente. Importa realçar que, este desenvolvimento deve impulsionar o governo para a transformação da realidade social dos angolanos, criando infraestruturas necessárias ao desenvolvimento, reduzir os níveis de corrupção e clarificar e simplificar as regulamentações (Economia & Finanças, 2013).

O site Sapo publicou uma nota a 22 de Maio de 2015 às 15h56 que Angola foi o segundo maior destinatário africano de IDE no ano passado, com 16 mil milhões de dólares, um pouco abaixo do Egipto, que recebeu 18 mil milhões (*Financial Times*, 2015).

De acordo com o jornal britânico, que cita o *FDI Intelligence*, uma divisão estatística do grupo *Financial Times*, África foi a região do mundo que mais cresceu em termos de IDE, tendo aumentado o número de projetos em 6% e as verbas em 65%, para 87 mil milhões de dólares, o que compara com o crescimento mundial de apenas 1%.

Segundo os dados, o crescimento do IDE foi balançado entre as duas metades do continente, com os investimentos de capital no norte de África a mais que duplicarem, de 10 para 26 mil milhões de dólares, enquanto a África subsariana viu os seus níveis de investimento subirem de 42 para 61 mil milhões de dólares.

A canalização do IDE tende a ser orientado pelo mercado, conclui o estudo citado pelo FT, que nota, assim, que as economias que registaram um forte crescimento no ano passado também receberam um aumento de IDE em volume.

O continente africano cresceu 5% no ano passado, estando 1,5 pontos acima do crescimento da economia mundial, e para este ano quer o Fundo Monetário Internacional (FMI) quer o Banco Mundial alertaram para um abrandamento do crescimento, para entre 4 e 4,5%, devido aos efeitos da descida dos preços do petróleo mas para o ano já é esperada uma recuperação para os 5%.

Tabela nº4 - Investimento Direto Estrangeiro em 2014

Egipto	Angola	Nigéria	Moçambique	Marrocos
18	16	11	9	5

Valores em mil milhões de dólares

Fonte: FDIntelligence

No *ranking* de 2013, o IDE foi liderado pela África do Sul, seguida pela Nigéria e Quênia, três países que concentraram 40% do total de investimento em mais de 50 Estados africanos. Quanto a Angola, representava 6,9% do investimento estrangeiro. O *ranking* do IDE referente a 2014 é liderado pelo Egipto, com 18 mil milhões de dólares (tabela n.º4), seguido de Angola com 16 mil milhões de dólares. Nos lugares seguintes estão a Nigéria, com 11 mil milhões de dólares, Moçambique, com nove mil milhões de dólares, e Marrocos com cinco mil milhões de dólares.

2.6 Caracterização da Empresa Odebrecht

Presente em Angola desde 1984, quando chegou para a construção da Hidroelétrica de Capanda e se estabeleceu em bases permanentes, a Odebrecht realizou inúmeras obras nos 24 anos que se seguiram. Nesse tempo, ao lado dos angolanos, buscou contribuir na busca de soluções para os problemas que se apresentavam. E, com suas obras e projetos, ofereceu oportunidade de formação e trabalho para mais de 40.000 pessoas – sendo que 70% delas encontraram em Odebrecht Angola seu primeiro emprego.

Os empreendimentos da Odebrecht Angola têm grande importância social e beneficiam milhões de angolanos em várias regiões do país. Contribuem para o processo de reconstrução, para a geração de riqueza, o crescimento económico, o desenvolvimento sustentado e a melhoria da qualidade de vida da população. Para além da ação empresarial, a Odebrecht Angola tem executado, em parceria com organismos governamentais e não-governamentais, programas de responsabilidade social. Participa de projetos nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e cultura, de forma a contribuir para que os angolanos estejam preparados para o forte crescimento que já se faz notar e para o futuro próspero que se prenuncia.

Em Angola, a Odebrecht atua na construção (obras civis e eletromecânicas) da Hidroelétrica de Laúca, com 2.057 MW de potência, a maior de Angola. A empresa também é responsável pelos trabalhos civis e eletromecânicos na Hidroelétrica de Cambambe, pelas obras de infraestrutura da futura Refinaria de Lobito, bem como do Projeto Vias de Luanda, projeto de requalificação urbana da capital angolana.

Ainda no continente africano, a Organização está presente em Moçambique, onde atuou em projetos que estão contribuindo para o desenvolvimento do norte do país, como o do terminal de carvão no Cais 8 do Porto da Beira e o da Mina de Carvão de Moatize, ambos para a Vale. Cabe também destacar a construção do Aeroporto Internacional de Nacala, agraciado, pela International Property Awards, com o prémio de melhor projeto de arquitetura para edificações públicas na África em 2015. Em 2016, está previsto o início das obras do projeto BRT (Bus Rapid Transit), solução pioneira na área de mobilidade urbana, a ser implementado em Maputo, capital do país.

Em Portugal, a Odebrecht concluiu as obras de implantação da Hidroelétrica do Baixo Sabor, no norte do país, aplicando soluções inovadoras de engenharia e construção; nos Emirados Árabes Unidos, a mais profunda e complexa estação de bombeamento de esgoto no mundo, por meio do projeto da Pump Station, em Abu Dhabi.

Presente em 17 países, a Odebrecht Engenharia & Construção Internacional - Infraestrutura presta serviços de engenharia e construção de infraestrutura na América Latina (com exceção do Brasil), na África, nos Emirados Árabes Unidos e em Portugal, atendendo a

clientes públicos e privados. Nos Estados Unidos da América, atua por meio da Odebrecht Construction.

A Odebrecht Engenharia & Construção Internacional - Infraestrutura gera oportunidades de trabalho para as populações locais e contribui para o desenvolvimento sustentável de cada região, atuando nas seguintes áreas: Portos e Aeroportos; Transportes Urbanos; Saneamento; Irrigação; Hidroelétricas; Requalificação Urbana; Habitação; Energia; Agroindústria e Mineração.

Composta por mais de 23 mil integrantes, a Odebrecht Engenharia & Construção Internacional - Infraestrutura está presente atualmente nos seguintes países: Angola, Argentina, Colômbia, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Equador, Gana, Guatemala, México, Moçambique, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Venezuela e nos Estados Unidos da América, por meio da Odebrecht Construction.

O compromisso da Organização nessas regiões vai além das obras, e inclui ações que visam o desenvolvimento sustentável e a geração de trabalho e renda.

2.7 Crescimento Conjunto

Com a paz, Angola retomou o crescimento e criou novas oportunidades para a Odebrecht e para as empresas que atuam no país. Entre os anos de 2002 a 2008, a economia angolana foi uma das mais dinâmicas do planeta. Nesse período, o país aumentou as suas exportações de petróleo e os rendimentos foram aplicados na reconstrução.

A Odebrecht acompanhou este movimento, deu o seu contributo para a reabilitação de infraestruturas e também cresceu de forma marcante, com salto substancial em seus indicadores e no número de integrantes e na receita. Com serviços e investimentos diversificados a Odebrecht participa da construção de um novo tempo em Angola.

As perspetivas da Odebrecht em Angola são de permanência, crescimento, parceria. Trinta anos após o desembarque no país, a organização continua a ampliar sua atuação, sempre voltada para o desenvolvimento de clientes e comunidades. Atualmente realiza algumas obras prioritárias para o desenvolvimento do país, entre elas, o Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, o Aproveitamento Hidroelétrico de Cambambe, as infraestruturas da refinaria do Lobito

(Sonaref), obras viárias em Luanda, obras de infraestruturas em Benguela e no Kwanza Sul. É também investidora em vários setores: energia, saneamento básico, agronegócio (com a Biocom, produtora de energia e açúcar) e comércio varejista, com a rede de supermercados *nossosuper* e o *Belas Shopping*, em Luanda.

A aliança que formou-se entre a Odebrecht e Angola nesses 30 anos está tão forte que a parceria deverá estender-se para outros países do continente. Mas o essencial permanece: a busca por satisfazer cada vez mais e melhor os clientes, com soluções sustentáveis, formando quadros angolanos e contribuindo para o crescimento da qualidade de vida e do desenvolvimento das pessoas.

2.8 Odebrecht 30 Anos em Angola

Com mais de 30 anos em Angola, a empresa Odebrecht faz parte de muitos projetos realizados no país, contribuindo assim com o crescimento e desenvolvimento deste, nomeadamente:

- **1984** – Assinatura do contrato para a construção da Usina Hidroelétrica de Capanda;
- **1992** – Terraplanagem na área de extração de diamantes de aluvião em Luzamba, Província da Lunda Norte;
- **1993** – Odebrecht adquire 16,4% de participação na Sociedade Mineira de Catoca;
- **1994** – Implantação do Projeto Luanda Sul;
- **1998** – Condomínio Atlântico Sul, primeiro de Luanda Sul. Ao longo dos anos seguintes, outros investimentos imobiliários foram realizados;
- **2000** – Projetos Águas de Luanda; saneamento e requalificação de bairros; e revitalização de eixos viários de Luanda – desenvolvidos em várias etapas;
- **2002** – Construção de infraestruturas e moradias nos bairros do Zango e Sapu, em Viana, como parte do Programa de Realojamento das Populações em situação de risco;

- **2004** – Projetos de melhoramentos urbanos em Benguela, com instalação de reservatórios, estações de tratamento e canalização de água potável, saneamento e limpeza de valas de drenagem e contenção dos rios Cavaco, Coporolo e Catumbela. Reabilitação e construção de estradas em várias províncias. Dentre outras, o troço rodoviário Cacuso-Capanda, entre Luanda e Malanje; a estrada Benguela- Catengue e a ligação entre Benguela e Huambo (estrada Caála-Ganda). Em Luanda, dentre outras, a estrada do Golfe, as vias expressas e a estrada Camama-Viana;
- **2005** – Início da implantação da Zona Económica Especial (ZEE) em Viana, com instalação de infraestruturas;
- **2006** – Inauguração da primeira loja da rede de supermercados *nossosuper*, hoje com 32 lojas, dois centros de distribuição e logística, e um complexo industrial. Início da reabilitação da Usina Hidroelétrica de Cambambe;
- **2007** – Primeira reunião do Conselho de Administração da Odebrecht S.A, fora do Brasil – em Luanda. Início das obras de reabilitação da Barragem do Gove. Assinatura de contratos para implantação dos Sistemas de Transporte de Energia, destinados a interligar Capanda a Luanda, e dos sistemas de estabilização de energia. Inauguração do Belas Shopping Center de Luanda, com 89 lojas e oito salas de cinema;
- **2009** – Constituição da Biocom (Companhia de Bioenergia de Angola), em associação com a Sociedade Nacional de Petróleos de Angola (Sonangol) e a Damer Indústria S/A, para produzir açúcar e etanol, para além da geração de energia eléctrica;
- **2012** – Início das obras de construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, no rio Kwanza. Início da reconfiguração de rodovias nas províncias da Huíla (Colui-Jamba) e da Lunda Norte (Catata-Lóvuá). Assinatura do contrato para administração do *nossosuper* por dez anos. Inauguração do Aeroporto Internacional da Catumbela, em Benguela;
- **2013** – Projetos de melhoramentos de infraestruturas urbanas em Kwanza Sul. Início das obras de infraestruturas da nova refinaria da Sonangol no Lobito, em Benguela. Reabilitação e ampliação do Aeroporto Yuri Gagarin, na cidade do Namibe;

- **2014** – Odebrecht completa 30 anos em Angola.

Capítulo 3: Metodologia

A metodologia é uma palavra derivada de “método”, do latim “*methodus*” cujo significado é “caminho ou via para a realização de algo”. Método é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento. Metodologia é o campo em que se estudam os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento (Pereira, 2012).

A metodologia consiste na meditação em relação aos métodos lógicos e científicos. Inicialmente, a metodologia era descrita como parte integrante da lógica que se focava nas diversas modalidades de pensamento e sua aplicação. Posteriormente, a noção que a metodologia era algo exclusivo do campo da lógica foi abandonada, uma vez que os métodos podem ser aplicados a várias áreas do saber (Pereira, 2012).

Neste capítulo, com base nas explicações anteriores, podemos dizer que, para a elaboração deste trabalho, tivemos como ponto de partida a pesquisa de publicações de vários autores sobre os temas abordados durante o mesmo, assim como livros, artigos científicos, teses e manuais da Odebrecht.

Deste modo, explicaremos a metodologia que fundamenta a análise empírica, sendo ela uma análise bibliográfica desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente, livros e artigos científicos; e documental, idêntica à bibliográfica porém, a diferença está na natureza das fontes, pois esta pesquisa vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, instituições...), existem também aqueles que já foram processados, mas que podem receber interpretações, como relatórios de empresas ou tabelas (Pereira, 2012).

Quanto ao modo de abordagem, esta pesquisa é de natureza quantitativa porque considera que é possível quantificar as opiniões e as informações para depois poderem ser classificadas e analisadas. Esta abordagem tem como vantagens o conhecimento estruturado, a realidade interna, a generalização, a previsibilidade e o baixo custo; algumas desvantagens dessa abordagem são: o de estar assente em modelos limitados e estáticos, ter restrições espaciais e temporais, carência de recursos e por vezes, falta de aderência à realidade e ausência de aplicação prática.

A nossa pesquisa é um estudo de caso, por se limitar a uma única realidade organizacional ou a uma única empresa. *“O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporânea (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”* (Yin, 2015).

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa que adota o procedimento de estudo de caso. Foi portanto aplicado um questionário a uma amostra aleatória de 32 pessoas de uma empresa. Este questionário foi destinado aos funcionários da Odebrecht, no sentido de colher informações/percepções sobre o impacto do IDE face ao crescimento económico angolano.

Neste sentido, a questão de partida do nosso tema é: Qual o impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento económico de Angola?

No decorrer desta pesquisa elaboramos o objetivo geral e os objetivos específicos. Neste sentido:

Objetivo geral: Avaliar o impacto do IDE no crescimento económico angolano

Objetivos específicos:

- 1- Caraterizar o IDE e suas teorias
- 2- Analisar os fatores que condicionam os fluxos de IDE
- 3- Analisar os efeitos do IDE para o país recetor
- 4- Conhecer os custos e benefícios do IDE
- 5- Analisar a Importância do IDE na economia angolana
- 6- Caraterizar o crescimento económico angolano e a evolução do IDE
- 7- Analisar o impacto do IDE no crescimento económico de Angola

“Após a recolha e a crítica, convém organizar os dados de maneira prática e racional, para um melhor entendimento do fenómeno que se pretende estudar. Começando aqui o principal objetivo da Estatística Descritiva, que consiste em resumir resultados, empregando o uso de tabelas, gráficos e medidas que ajudem a compreender a situação e a identificar relações importantes entre as variáveis”(Elizabeth (2002, pág. 30).

A forma mais direta e mais comum consiste em utilizar uma escala de importância, geralmente variando de não importante até totalmente importante, que é aplicada nos funcionários junto com a escala de satisfação. “Os modelos baseados na performance ponderada pela importância afirmam que a melhor forma de mensuração de dados nas pesquisas de sim ou não é utilizando-se a ponderação do Escore de Performance por um indicador de importância de atributo” (Marchetti & Prado, 2001, pág. 5).

3.1 Caracterização da Amostra

Quando se deseja colher informações sobre um ou mais aspetos de um grupo grande, verifica-se muitas vezes ser praticamente impossível fazer um levantamento do todo. Por isso a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população. A amostra é uma parcela convenientemente selecionada da população (Marconi & Lakatos, 2002).

Para esta pesquisa foram selecionadas três áreas distintas da empresa Odebrecht, sediada no complexo Belas Business Park, no edifício Cabinda, em Luanda – Angola. Essas áreas são as de Recursos Humanos, das Finanças e das Infraestruturas; a primeira com 17 funcionários, a segunda com 15 e a terceira com 18, totalizando uma população de 50 trabalhadores.

A nossa amostra foi apenas de 32 trabalhadores, ou seja, aqueles que responderam ao questionário. Estes trabalhadores têm idades compreendidas entre os 20 e 59 anos de idade como ilustra a tabela nº9.

A distribuição da amostra, segundo o género, a faixa etária, o nível académico e o tempo de serviço será analisada nas seguintes tabelas.

Tabela nº5 - Género

Sexo	fa (i)	fr (i)%	faa	fra
Masculino	20	62,5	20	62,5
Feminino	12	37,5	32	100
Total	32	100	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: fa – frequência absoluta; fr – frequência relativa; faa – frequência acumulada; fra – frequência relativa acumulada

A tabela acima ilustra o género dos 32 funcionários que responderam ao questionário, concluindo que 20 são do sexo masculino, que corresponde à 62,5%, e 12 do sexo feminino, constituindo 37,5% da amostra.

Tabela nº6 - Faixa Etária

Faixa Etária	fa (i)	fr (i)%	faa	fra
20 - 24	5	16	5	16
25 - 29	3	9	8	25
30 - 34	3	9	11	34
35 - 39	8	25	19	59
40 - 44	7	22	26	81
45 - 49	1	3	27	84
50 - 54	3	9	30	94
55 - 59	2	6	32	100
Total	32	100	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela acima demonstra a maneira como foi distribuída as respostas e percentagens por cada faixa etária, segundo a percepção dos 32 funcionários inquiridos.

Tabela nº7- Nível Académico

Nível Académico	fa (i)	fr (i)%	faa	fra
Ensino Primário	2	6,25	2	6,25
1º Ciclo	10	31,25	12	37,5
2º Ciclo/Ensino Médio	14	43,75	26	81,25
Superior/Frequência	6	18,75	32	100
Total	32	100	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação ao nível académico, percebe-se que a grande maioria dos inquiridos possuem o ensino médio ou 2.º ciclo, correspondendo uma frequência de 43,75% enquanto, a minoria possui ensino primário que representam uma frequência de 6,25% da amostra, como ilustra a tabela acima. Neste sentido, a nossa amostra é composta maioritariamente por funcionários com o 2.º ciclo de estudos.

Tabela nº8 - Tempo de Serviço

Tempo de Serviço	fa (i)	fr (i)	faa	fra
1 a 5 anos	14	43,75	14	43,75
6 a 10 anos	6	18,75	20	62,5
11 a 15 anos	7	21,875	27	84,375
≥ 16 anos	5	15,625	32	100
Total	32	100	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela nº8 os dados mostram que, dos 32 funcionários inquiridos, 14 responderam que estão na instituição durante um período compreendido entre 1 a 5 anos, correspondendo a 43,7%. Simultaneamente, 7 dos que trabalham na instituição estão cerca de 11 a 15 anos, correspondendo a 21,9%. Por outro lado, 6 dos que responderam que estão na empresa entre 6 a 10 anos e constituem 18,7% e, finalmente, outros 5 funcionários responderam que estão na instituição há um período maior do que 16 anos, correspondendo a 15,6% da amostra.

3.2 Instrumento de Recolha de Dados

O questionário é um documento que contém uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas pelos sujeitos, geralmente sem a presença do pesquisador. Podem ser entregues pessoalmente ou por fax, *e-mail*. É uma técnica não documental de observação não participante (verifica-se quando o pesquisador presencia o fenómeno mas não participa nele).

O questionário tem alguns pontos fortes como: garante o anonimato, questões objetivas de fácil pontuação, questões padronizadas garantem uniformidade, deixa em aberto o tempo para as pessoas pensarem sobre as respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos de computador e custo razoável. Os pontos fracos desta técnica são: baixa taxa de respostas para questionários enviados pelo correio, inviabilidade de comprovar respostas ou esclarecê-las, difícil pontuar questões abertas e pode ter itens polarizados/ambíguos.

Para o tratamento dos dados desta pesquisa, foi elaborado um questionário aos 32 trabalhadores da empresa Odebrecht, onde esses responderam tendo em conta as suas percepções sobre o impacto do investimento direto estrangeiro nos diversos setores onde a empresa atua.

Capítulo 4: Resultados e Discussão

Neste capítulo, abordaremos os resultados obtidos no decorrer da investigação feita na empresa Odebrecht, através do nosso questionário. Estes dados são apresentados, comentados e interpretados com o auxílio das tabelas aqui apresentadas.

Tabela nº9 – Impacto do IDE da Odebrecht na Percepção dos seus Trabalhadores

Participação da Odebrecht em Angola	Positivo	%	Negativo	%
Portos e aeroportos	25	11	7	7
Transportes urbanos	12	5	20	21
Saneamento	28	12	4	4
Irrigação	22	10	10	11
Hidroelétricas	32	14	0	0
Requalificação urbana	22	10	10	11
Habitação	26	12	6	6
Energia	6	3	26	28
Agroindústria	27	12	5	5
Mineração	26	12	6	6
Total	226	100	94	100

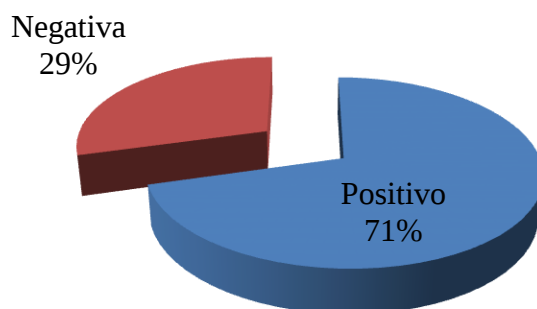
Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela acima referida demonstra o modo como foram distribuídas as respostas e percentagens por cada pergunta, segundo a percepção dos funcionários. Num total de 320 respostas obtidas dos 32 funcionários, 226 responderam positivamente e 94 responderam negativamente no que concerne à sua percepção sobre a participação da empresa em Angola nos vários setores acima referidos. O setor com maior relevância positiva é o de Hidrelétricas, já que

a Odebrecht tem apostado fortemente na construção de hidrelétricas em todo o país, nomeadamente a mais conhecida a hidrelétrica de Laúca, no rio Kwanza. O setor com menor relevância positiva é o da Energia, uma vez que apesar da criação da Biocom (produtores de energia a partir da cana-de-açúcar) com parceria das empresas Sonangol e Damer Indústria, este setor continua ainda em expansão e prevê-se que a capacidade plena de exportação de energia elétrica será atingida na safra de 2020/2021, com 235 GWh de energia elétrica.

Em termos percentuais afirmamos, como demonstra o gráfico nº4 abaixo mencionado, que das 320 respostas obtidas, dos 32 funcionários, 29% responderam negativamente e 71% concorda respondendo positivamente no que diz respeito ao impacto dos investimentos estrangeiros da Odebrecht para o crescimento económico de Angola.

Gráfico nº4 - Impacto do IDE da Odebrecht na Percepção dos seus Trabalhadores



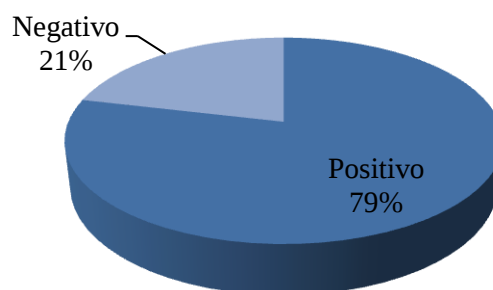
Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela nº10 - Fatores explicativos do impacto do IDE no crescimento do país recetor

O IDE afecta o crescimento económico do país receptor via...	Positivo	Negativo
Transferência de novas tecnologias e <i>know-how</i>	25	7
Formação da força de trabalho	22	10
Integração na economia global	28	4
Aumento da concorrência	22	10
Desenvolvimento e reestruturação empresarial	32	0
Dificuldade de aplicação de medidas económicas	22	10
Total	151	41

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico nº5 – Fatores Explicativos do Impacto do IDE no Crescimento do País Recetor



Fonte: Elaborado pelo autor

Como se pode constatar pela observação da tabela nº10, são muitos os efeitos do IDE sobre o crescimento económico do país recetor; de facto, existem mecanismos através dos quais se espera que o IDE afete positivamente esse crescimento, mas esses mecanismos também podem desencadear um efeito negativo. Desta feita, o quadro acima demonstra o seguinte:

4.1 O IDE e a Transferência de Novas Tecnologias e Know-how

No questionário feito na Odebrecht aos 32 inquiridos, 25 responderam que o impacto do IDE sobre as transferências de novas tecnologias é positivo (tabela nº10), uma vez que a *Biocom*, primeira e maior empresa em África na atuação dos combustíveis renováveis (Bioenergia), é a maior produtora de açúcar, produz energia a partir da cana-de-açúcar. Adquire assim, um grande impacto na economia angolana e formação qualificada de um número significativo de pessoas na área agroindustrial, tecnologia de ponta e com bastante *know-how*.

A *Biocom* atua no mercado angolano como um grande produtor de açúcar, etanol e energia elétrica. Em 2015, a companhia completou a sua segunda safra. Neste ano, a empresa fabricou 24.770 toneladas de açúcar e 10.234 m³ de etanol, tendo produzido 70.000 MWH de energia elétrica. Comemorou-se em 2015 a entrega aos clientes de um produto em total conformidade com os padrões e regras do mercado. Durante o ano de 2015, a *Biocom* promoveu ainda a formação técnica de toda equipa. Devido a este fato, há muitos integrantes angolanos a assumir posições de liderança em determinadas áreas da empresa.

A atividade da *Biocom* está alinhada com as melhores práticas agroindustriais do mundo. O comprometimento com as melhores práticas reflete-se em toda a cadeia produtiva. Desde as matérias-primas, aos produtos e sub-produtos, todos os elementos envolvidos no processo de fabricação do açúcar são 100% reutilizados. O bagaço da cana-de-açúcar é processado nas caldeiras, produz vapor e movimenta as turbinas geradoras de energia elétrica. Parte dessa energia abastece a companhia e o recurso excedente é comercializado junto à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT). Por sua vez, o caldo, ou o melaço é processado para produção de etanol.

A *Biocom* afirma-se como o maior investimento privado de Angola, fora do sector petrolífero. Enquanto representante da indústria nacional, impõe-se também como motor de desenvolvimento do país.

A *Biocom* conta ainda com:

- Sistema de controlo de emissões atmosféricas;
- Controlo dos produtos químicos e inflamáveis, através de monitoramento e contenção de vazamentos;
- Estação de tratamento de água e efluentes com reaproveitamento de 100% da água no processo;
- Técnicas de preparação e conservação do solo para evitar erosão e degradação;
- Ações de reflorestação e recuperação da mata nativa.

Metas *Biocom* 2021

- USD 750 M Investimento Total de 2014
- 256 Mil Toneladas de Açúcar;
- 2.500 Empregos Diretos;
- 235 Gigawatts de Energia Elétrica;
- 1.000 Empregos Indiretos;
- 33.000 M³ de Etanol.

4.2 O IDE e a Formação da Força de Trabalho

De acordo com o questionário elaborado, o fator formação da força de trabalho (tabela nº10) correspondendo à magnitude do desafio que as carências de qualificação dos técnicos colocam para a competitividade da economia angolana e do empenho exigido para vencê-lo, inclusive pelo impacto positivo correspondente a 22 respostas dos inquiridos tendo em conta os investimentos requeridos como componentes da formação de capital humano considerando a força de trabalho e sobre a dinâmica de desenvolvimento, vêm sendo extensos os esforços de investigação que o IDE enceta neste campo e 10 respondem com um impacto negativo.

Na perspetiva da formação dos integrantes, a Odebrecht em Angola disponibiliza ainda um outro conjunto de cursos que lhes permitem aperfeiçoar e ampliar as suas qualificações como profissionais, promovendo assim a melhoria contínua do seu desempenho, produtividade e perspetivas de melhoria na sua qualidade de vida, nomeadamente:

- **Introdução à Cultura** – curso de formação obrigatório para todos os novos integrantes na organização e que aborda os temas da história e cultura da empresa, introduzindo a filosofia da TEO (Tecnologia Empresarial Odebrecht)⁵;
- **Programa Jovem Construtor** – destina-se aos integrantes que cumpriram o programa Jovem Parceiro e introdução à cultura, oferecendo-lhes uma visão integrada no negócio da Odebrecht;
- **Programa de Desenvolvimento de Empresários (PDE)** – destinado a formação de integrantes que irão assumir no futuro cargos de alta liderança;
- **Procura pela Excelência** – programa de capacitação desenhado pela Odebrecht em Angola, destinado a todos os integrantes da empresa, com foco no tema de desenvolvimento de competências nos temas de alguns temas como liderança, autoestima, comunicação e motivação;
- **Equipas Produtivas** – curso de sensibilização destinado aos integrantes da Odebrecht, visando a melhoria da produtividade do trabalho em equipa.

Existe ainda um outro tipo de ações de formação realizadas diariamente que aderem à filosofia da educação pela presença. Trata-se do Treinamento Diário Técnico (TDT), que consiste numa conversa rápida (5 minutos) entre integrantes da equipa visando abordar os assuntos de saúde e segurança que são mais importantes para as tarefas a desempenhar nesse dia.

São ainda disponibilizados um conjunto de cursos técnicos que visam o desenvolvimento de competências específicas. Muitos destes cursos de formação são lecionados nos núcleos de formação de cada obra onde existem simuladores de situações com elevado potencial de acidente, onde os formandos têm oportunidade de experimentar na prática determinados procedimentos:

- **Curso Técnico de Equipamentos** – aprendizagem do manuseamento e condução de máquinas de construção civil;

⁵ A actividade e operação da Odebrecht baseia-se na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), filosofia, criada por Norberto Odebrecht, fundador da organização, que estabelece os princípios éticos, morais e conceptuais que fundamentam os seus negócios. A TEO tem foco nas questões da educação para e pelo trabalho, valorizando a disposição para servir, a capacidade e o desejo de evoluir, bem como a vontade de superar resultados. Prevê um processo de delegação planeada, com base na confiança e parceria entre líderes e liderados e uma gestão descentralizada. Outro dos seus princípios é o reinvestimento dos resultados obtidos na criação de novas oportunidades de trabalho e no desenvolvimento das comunidades. A política de sustentabilidade da Odebrecht é sustentada pela TEO, pelo que é transversal à conduta global das empresas da organização.

- **Curso de Formação em Segurança no Trabalho** – relativos à temática de segurança no trabalho, abordando temas como riscos de segurança, permissão para o trabalho, trabalhos com eletricidade;
- **Cursos de Formação em Saúde Ocupacional** – cursos de suporte básico de vida e resposta a emergências;
- **Cursos de Formação em Ambiente** – onde se abordam temáticas como a separação e encaminhamento de resíduos, gestão ambiental, riscos ambientais, se promovem as boas práticas ambientais e redução de consumos de energia e combustíveis.

Tabela nº11 – Horas Trabalhadas/Homem num ano

Tipologia de Formação	Nº de Horas
Formação Técnica	1.605.751
Acultramento	20.835
Competências	5.747
Ética, Conduta e Anti-Corrupção	3.550
TOTAL	1.635.883

Fonte: Manual da Odebrecht, 2015

4.3 O IDE e a Integração na Economia Global

Quanto ao papel dos investimentos na área sobre a dinâmica de crescimento económico e da incidência da disponibilidade e qualidade da integração na economia global sobre a competitividade do setor produtivo o mesmo elemento tem um impacto positivo razão pela qual 28 inquiridos respondem positivamente (tabela nº10). O restante realça que o problema é a qualidade dos sistemas económicos no que se refere ao bem-estar de quem os utiliza especialmente, dos que portam as dificuldades de aplicação de medidas económicas de alguma

natureza tendo em conta a mobilidade reduzida, que afeta, de um modo ou de outro, a todos os demais itens.

A integração económica consiste na união de um número de economias numa região económica mais vasta, que ultrapassa as fronteiras nacionais. Este processo consiste na eliminação de barreiras quanto à livre circulação de produtos, serviços, capitais e pessoas.

Com capacidade de gerar mais de 2.000 megawatts – quatro vezes mais que Capanda, a hidroelétrica de Laúca, que a Odebrecht constrói na província de Malange, será a maior do país, funcionando com 7 turbinas, sendo uma ecológica. Além de impulsionar o setor industrial, levará energia a mais de 750.000 famílias. O Aproveitamento Hidroelétrico de Cambambe também estão a requalificar para aumentar o potencial de produção de energia, que será de 960MW; portanto passará de 180MW à 960MW até 2016. Todos esses projetos são desenvolvidos em consórcio com empresas de gabarito global, como a francesa *ALSTOM*, empresa fornecedora das turbinas de última geração (Manual da Odebrecht, 2015).

Desta feita a Odebrecht com a integração económica tem um papel importante no sucesso de uma reestruturação organizacional que está diretamente associado com ações transparentes e execuções suaves e consistentes.

4.4 O IDE e o Aumento da Concorrência

A estabilização da relação entre a oferta e a procura leva, em primeira análise, a uma estabilização do preço. Uma possível concorrência, por exemplo, pode desequilibrar essas relações, provocando alterações de preço. A Lei da Oferta e da Procura busca estabilizar a procura e a oferta de um determinado bem ou serviço. Oferta é a quantidade do produto disponível em mercado, enquanto procura é o interesse existente em relação ao mesmo (Samuelson, 2010).

A oferta depende do preço, da quantidade, da tecnologia utilizada na fabricação entre outras coisas relacionadas aos produtos e serviços. A procura é influenciada pela preferência do consumidor final, a compatibilidade entre preço e qualidade e a facilidade de compra do produto. Ao contrário do que pode parecer a princípio, o comportamento da sociedade não é influenciado

apenas pelos preços. O preço de um produto pode ser um estímulo positivo ou negativo para que os consumidores adquiram os serviços que necessitam, mas não é o único (Samuelson, 2010).

Quanto a concorrência da Odebrecht, Jorge Bengue (Relações Institucionais) frisa: “*A concorrência é saudável para nós; somos uma empresa de Engenharia e Construção de atuação global, os nossos serviços são de qualidade global. Nós concorremos para executar obras públicas, privadas e investimos em Angola; veja, a diferença, somos também investidores. Concorremos aos concursos públicos feitos pelos órgãos de tutela das obras; existem prioridades do estado angolano para cada ano, cabe ao estado comunicar que tem x obras para executar. As empresas são comunidades e cada uma apresenta o seu orçamento para a tal obra. Vence quem apresentar a melhor proposta que atenda aos requisitos do estado angolano*”.

4.5 O IDE e o Desenvolvimento e Reestruturação Empresarial

No caso da Odebrecht as questões estruturais estão voltadas para a sustentabilidade dos negócios e as preocupações estão com foco na expansão territorial, na diversificação dos negócios, nas questões de governança corporativa e na segurança institucional. O foco está nas décadas vindouras e a organização já é um organismo totalmente autónomo de seus criadores.

Independente do porte, sempre que as estruturas organizacionais forem um impedimento ao crescimento da organização é necessário que os gestores considerem a possibilidade de promover uma reestruturação dessa organização.

4.6 O IDE e a Dificuldade de Aplicação de Medidas Económicas

As empresas têm um ciclo de vida próprio cuja duração não está definida à partida. As dificuldades, apesar de indesejadas, são um estágio pelo qual acabam por passar muitas empresas. As dificuldades podem ter características temporárias ou ser o resultado de um longo período de “doença” da empresa.

As dificuldades das empresas podem ser classificadas em dificuldades económicas e dificuldades financeiras. As dificuldades económicas estão associadas à viabilidade do negócio enquanto as dificuldades financeiras poderão ocorrer por via de situações imprevistas. De salientar que as dificuldades económicas levarão mais tarde ou mais cedo ao aparecimento de dificuldades financeiras, sendo uma das suas causas possíveis em termos de dificuldades, 22

inquiridos (tabela nº10) respondem positivamente que existem dificuldades económicas e financeiras, enquanto que a restante amostra responde negativamente.

Tabela nº12 - Participação da Odebrecht Angola por setor

Participação da Odebrecht em Angola	2011	2012	2013	2014	2015
Infra-estruturas	80,7%	78,1%	59,3%	62,8%	60,9%
Energia	11,5%	18,9%	31,4%	34,6%	50,4%
Empreendimentos Imobiliários	7,8%	3,0%	9,3%	7,5%	9,7%

Fonte: Manual da Odebrecht, 2015

A tabela acima aponta que o setor com mais relevância é o de infraestruturas, pois ao longo dos anos foram realizadas diversas infraestruturas em Angola como estradas e pontes. Já o setor da energia também tem crescido ao longo dos anos, ao invés dos empreendimentos imobiliários que sofreram algumas oscilações durante os quatro anos, fruto de algumas construções como complexos turísticos e condomínios no país em diversas zonas.

Conclusão

No nosso trabalho referenciamos o objetivo geral desta investigação que é avaliar o impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento económico de Angola. Pretendia-se responder a questão de partida que era saber qual o impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento económico de Angola. Através da revisão da literatura podemos salientar que, num trabalho desta natureza não poderíamos deixar de definir os termos de maior relevância, sendo eles o investimento direto estrangeiro e o crescimento económico, isto porque nos baseamos nas diversas teorias que abordam esses temas para fundamentar a nossa pesquisa. Só deste modo, foi possível estabelecer e alcançar os objetivos específicos propostos.

O estudo revelou que a maioria dos inquiridos são do género masculino; o nível académico maioritário desses inquiridos é o 2ºciclo/ensino médio; quanto ao tempo de serviço, a maioria dos inquiridos trabalha na empresa de 1 a 5 anos.

Na abordagem desse trabalho foi possível analisar o impacto do investimento direto estrangeiro na percepção dos trabalhadores da Odebrecht, que é o nosso objeto de estudo. Foi aplicado também um questionário com 15 questões sobre o impacto do investimento direto estrangeiro (ver apêndice) a uma amostra de 32 funcionários e, portanto, os resultados obtidos deram assim resposta à nossa pergunta de partida.

Apesar dos esforços desenvolvidos, o ambiente empresarial é ainda desafiante, sendo que o país permanece muito dependente do investimento público e das condições, que se querem favoráveis, dos mercados mundiais de matérias-primas e dos recursos minerais. A economia atual encontra-se ainda excessivamente concentrada nos setores do petróleo e gás e outras indústrias extrativas. É, assim, expetável que nos próximos anos o investimento privado nacional e internacional aumente, surgindo novos grupos e empresários angolanos, que exista uma diversificação das atividades económicas, que o número de trabalhadores e volume de negócios médio por empresa aumente e que, no contexto da África Subsariana, o desenvolvimento económico e social de Angola comece a emergir como um caso notável de sucesso.

Neste sentido, podemos dizer que a Odebrecht ao demonstrar a sua crença no futuro promissor de Angola, investiu de forma positiva no país (e continua a investir) e a transferir conhecimentos e tecnologias aos angolanos para que o desenvolvimento seja sustentável. Angola

é um país com grandes riquezas naturais. Possui petróleo, diamantes e outros tantos bens minerais, para além de florestas, desertos, praias e populações tradicionais que lhe conferem forte potencial turístico. As pessoas que trabalham na Odebrecht Angola sabem que é preciso tornar estas riquezas úteis à população angolana e, assim, melhorar suas condições de vida. Em todos os seus empreendimentos, a Odebrecht forma e prepara angolanos para o trabalho, e transfere conhecimentos e tecnologias de modo a proporcionar à população a possibilidade de empreender e de se desenvolver de forma sustentada e independente. Para além dessas iniciativas, a empresa investe capital próprio no país, em setores que se mostram promissores e essenciais para maior crescimento no futuro.

A necessidade e o desejo de realização de seus integrantes levaram a Odebrecht a desenvolver, ao longo dos 70 anos de atuação, técnicas inovadoras que foram incorporadas pelo mercado. O pioneirismo tecnológico faz parte da essência da organização e sempre orientou os seus negócios. A inovação abre e consolida mercados, ajuda a superar desafios, reduz custos, aumenta a produtividade, cria novas competências e gera sustentabilidade. O efeito de uma inovação vai muito além de sua aplicação na prática e os esforços das equipas da Odebrecht são empregados também para que o conhecimento seja preservado, compartilhado e reutilizado. O espírito de servir garante que esse ciclo seja constante e virtuoso.

Como forma de recomendações podemos dizer que, o nosso país Angola poderia optar por ser mais flexível quanto ao capital exigido às empresas estrangeiras para investirem no país; e priorizar áreas como a agricultura e a pesca, que têm sido deixadas de lado, mas uma vez investindo nessas áreas causam um efeito multiplicador na economia; priorizar também a formação de capital humano em diversas áreas específicas, isto para não termos a necessidade de importar capital humano.

Assim, concluímos que o investimento direto estrangeiro tem um impacto positivo no crescimento económico de Angola.

Limitações do Estudo

No decorrer da elaboração desta pesquisa existiram algumas dificuldades, nomeadamente na aquisição de dados quantitativos. Os inquiridos levaram algum tempo para responder ao questionário.

Estudos Futuros

Para os próximos estudos pretende-se ampliar a amostra quer dentro da empresa em estudo, quer em outras organizações privadas em Angola e assim podermos generalizar os resultados obtidos. Assim sendo, esperam-se futuras investigações de carácter quantitativo e qualitativo que podem favorecer a compreensão dos aspetos críticos levantados, apreendendo a visão dos utentes, profissionais e gestores.

Todavia, este estudo constitui uma mais-valia para depreender os aspetos aqui observados e a implicação em novos projetos de investimento direto estrangeiro que deverão ser concebidos privilegiando o conhecimento das necessidades de todos os atores interveniente neste processo, de modo a potenciar, além do volume, o valor da incorporação nacional.

Bibliografia

- África Today - De Angola para o Mundo. Acedido em: www.africatoday.co.ao/economia/mercado-angolano-lidera-investimento aos 25 de Maio de 2016.
- Agência Angola Press [ANGOP]. Acedido em: <http://www.portalangop.co.ao> aos 18 de Janeiro de 2016.
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal [AICEP]. (2014). Angola – Ficha de mercado. Acedido em: www.ccah.eu/fotos/internalizacao/11426172030.pdf aos 21 de Janeiro de 2016.
- Almeida, P. P. & Rebelo, G. (2004). *A Era da Competência – Um Novo Paradigma para a Gestão de Recursos Humanos e o Direito do Trabalho*. Editora RH, Lisboa.
- Amaral, Luís Mira (2009). *E depois da Crise? Cenários para o Futuro das Economias Portuguesa e Mundial*. 1ª Edição, Editor Horácio Piriquito.
- Balasubramanyam, V. N., Salisu, M. & Sapsford, D. (1999). *Foreign direct investment as an engine of growth*. Journal of International Trade and Economic Development. Acedido em <http://www.usc.es/economet/reviews/ijaeqs424.pdf> aos 25 de Maio de 2015.
- Barreiro, José Enrique (2016). *Odebrecht 2010 – 2020*. 1ª Edição, Versal Editores, Ltda.
- Barreiro, José Enrique (2012). *Odebrecht 2012*. Versal Editores.
- Barro, R. (1991). *Economic Growth in a Cross-section of Countries*. The Quarterly Journal of Economics, 106 (2), 407-443.
- Bevan & Estrin (2004). *The Determinants of Foreign Direct Investment into European Transition Economies*. Journal of Comparative Economics, 32, 775-787.
- Blomstrom, M. & Kokko, A. (1998). *Multinational Corporations and Spillovers*, 12 (3), 247-277.
- Campos, Paulo (2015). *Odebrecht + Compromisso*. 2ª Edição, Ondagrafe Editora.
- Carkovic, M., & Levine, R. (2002). *Does Foreign Direct Investment Accelerate Economic Growth?* Working Paper, University of Minnesota and Saint Paul, 6 (10).

- Carvalho, José Eduardo (2011). *Gestão de Empresas – Princípios Fundamentais*. 2ª Edição, Edições Sílabo.
- Cattani, A. D. & Laville, Jean-Louis (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Edições Almedina, SA.
- Economia & Finanças (2013). Acedido em: jornaldeeconomia.sapo.pt/mundo/investimento-estrangeiro-cresce-em-africa-1 aos 21 de Janeiro de 2016.
- Elizabeth (2002). *Orientação das Normas de Organização de Monografias*. 7ª Edição, Escolar Editora.
- Ernst & Young (2012). Estudo sobre a Atractividade. Acedido em [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/A_hora_de_investir/\\$FILE/BAS_Po](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/A_hora_de_investir/$FILE/BAS_Po)
- Fernandes, E. A. & Campos, A. C. (2008). *Investimento Directo Estrangeiro e o Desempenho das Exportações Brasileiras*. Revista de Economia Política, vol. 28, nº3, pg. 490-509.
- Ferreira, Eduardo de Sousa, Oliveira, José Paulo & Mortágua, Maria João (2010). *Investigação e Prática em Economia*. 1ª Edição, Príncípia Editora.
- Ferreira, M. P., Reis, N., & Serra, F. (2011). *Negócios Internacionais e a Internacionalização para Economias Emergentes*. Lisboa: Lidel Ed. Técnicas.
- Figueiredo, A. M., Pessoa, A. & Silva, M. R. (2008). *Crescimento Económico*. 2ª Edição, Escolar Editora.
- Ford, T., Rork, J. & Elmslie, B. (2008). *Foreign Direct Investment, Economic Growth, and the Human Capital Threshold*.
- Hanson, G. (2001). *Should Countries Promote Foreign Direct Investment?* G-24 Discussion Paper Series, 9. Acedido em [http: unctad.org](http://unctad.org).
- Hill, M.M. & Hill, A. (2009). *Investigação por Questionário*. 2ª Edição, Edições Sílabo.
- Kottaridi, C. (2005). *The Core-periphery Pattern of FDI – Led Growth and Production Structure in the EU*. Applied Economics, 37, 99-113.

Kunietama, Henrique Nene (2014). O Impacto do Investimento Direto Estrangeiro no Crescimento Económico de Angola. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal.

Lana, Luciana (2014). *Odebrecht – Angola 30 anos – Sustentabilidade – Relatório Angola*. 1ª Edição, Stilgraf Editora.

Lee, M., & Tcha, M. (2004). *The Color of Money: The Effects of Foreign Direct Investment on Economic Growth in Transition Economies*. Review of World Economies, 140 (2), 211-229.

Lim, E. (2001). *Determinants of, and the Relation Between, Foreign Direct Investment and Growth: A Summary of the Recent Literature*. International Monetary Fund Working Paper, Middle Eastern.

Louçã, F. & Caldas, J. C. (2010). *Economia (s)*. Porto: Edições Afrontamento.

Marchetti, Renato Zancan & Prado, P. H. (2001). *Relação entre Satisfação do Consumidor e seus Antecedentes*. 4ª Edição, São Paulo.

Marconi, M. & Lakotas, E. (2002). *Técnicas de pesquisa*. 5ª Edição, Editora Atlas S.A.

Medina, A. (2005). *Causas de la Internacionalización de la Empresa*. Análisis Económico, 45, 49-62.

O PAÍS (2015). Acedido em: opais.co/os-desafios-de-angola-para-a-atracao-de-investimento-estrangeiro. Acedido em 21 de Janeiro de 2016.

Organization for Economic Co-operation and Development [OECD]. (2015) Policy Framework for Investment, 2015 Edition, OECD Publishing, Paris.

Pereira, José Matias (2012). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. 3ª Edição, Editora Atlas – Grupo Gen.

Pereira, Sandra (2014). *Angola e Odebrecht – Compromisso com o Futuro*. 1ª Edição, Stilgraf Editora.

Pessoa, A. (2007). *FDI and Host Country Productivity: A Review*. Working Paper da Faculdade de Economia da Universidade do Porto nº 251.

Rebelo, Gloria (2010). *Trabalho e Emprego – Actualidade e Prospectiva*. Edições Sílabo.

Reis, Felipa Lopes (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado segundo Bolonha*. Lisboa: Edições Lidel.

Rocha, Alves da (2014). *As Perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020*. CEIC. Working Paper nº02, Novembro 2014.

Ribeiro, Arlindo Jorge de Jesus (2010). Indicadores Avançados para o Investimento Direto Estrangeiro – Aplicação no caso Português. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.

Sambú, Malam (2015). A Política Económica no Contexto da UEMOA: Investimento Direto Estrangeiro na Economia da Guiné-Bissau – Uma Abordagem. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.

Samuelson, Paul A. & Nordhaus, William D. (2012). *Economia*. 18ª Edição, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

Samuelson, Paul A. & Nordhaus, William D. (2010). *Introdução à Análise Económica*. 8ª Edição, Rio de Janeiro.

Sánchez, A. V. & Camacho, E. G. De Soto, 2007. *Internacionalização Empresarial: Um Modelo Explicativo do Modo de Entrada* – Universidade de Huelva.

Sapo(2015).www.sapo.pt/noticias/angola-foi-2-maior-destinatario-e_555f4413bf24fffa561d5248. Acedido em 18 de Janeiro 2016.

Sen, A. (1997). *From Income Inequality to Economic Inequality*. *Southern Economic Journal*, 64 (2), 384.

Sicsú, João & Vidotto, Carlos (2008). *Economia do Desenvolvimento*. Elsevier Editora Ltda.

Simonetti, Eliana (2015). *Odebrecht Informa* – Edição Especial. Stilgraf Editora.

Soares, José Carlos (2010). *Sistema de Normalização Contabilística*. 2ª Edição, Plátano Editora.

United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD]. 2015. World investment report 2015. *Foreign Direct Investment and the Challenge of Development*. New York: United Nations.

Varamini, H., & Vu, A. (2007). Foreign Direct Investment in Vietnam and its Impact on Economic Growth. *International Journal of Business Research*, 7 (6), 137-139.

Yin, Robert K., (2015). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 5ª Edição.

APÊNDICE

Questionário sobre a percepção dos funcionários da Odebrecht quanto ao impacto do IDE no crescimento económico de Angola

O presente instrumento, enquadra-se no âmbito de uma pesquisa para a elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e tem como objetivo analisar o impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento económico de Angola.

Esta investigação destina-se aos funcionários da Odebrecht, visando compreender a percepção desses funcionários quanto ao IDE. Os dados desta investigação são confidenciais, anónimos e serão usados somente para este trabalho.

Leia cuidadosamente cada questão e marque X na opção escolhida.

Idade ____ Género ____ Nível académico _____ Tempo de Serviço _____

Participação da Odebrecht em Angola	Positivo	Negativo
Qual o impacto da construção de Portos e Aeroportos na economia de Angola?		
Será que o desenvolvimento de Transportes urbanos ajuda de forma positiva ou negativa no crescimento da economia angolana?		
O Saneamento tem sofrido evolução negativa ou positiva a nível do crescimento da economia de Angola?		
O aparecimento de novos equipamentos que ajudam a Irrigação tem contribuído de forma positiva ou negativa para o crescimento da economia angolana?		
A construção de Hidroelétricas tem sido benéfica para o crescimento da economia de Angola?		
A Requalificação urbana ajuda no crescimento de Angola de forma positiva ou negativa?		

Os novos projetos habitacionais têm contribuído no desenvolvimento de Angola?		
A construção de novas fontes de Energia tem contribuído para o crescimento de Angola?		
O aparecimento de novos poços de Mineração tem um papel positivo ou negativo para o crescimento de Angola?		
A transferência de novas tecnologias e know-how afectam positivamente ou negativamente o IDE?		
A formação da força de trabalho afecta positivamente ou negativamente o IDE?		
A integração na economia global é negativa ou positiva?		
O aumento da concorrência é positivo ou negativo?		
O desenvolvimento e reestruturação empresarial é positivo ou negativo?		
As dificuldades de aplicação de medidas económicas afectam positivamente ou negativamente?		